



**PROJETO DE LEI DE
DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
PARA 2014**

(Projeto de Lei nº 2/2013-CN)

**RECIBOS DE ENTREGA E ATAS
DAS COMISSÕES PERMANENTES
DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
E DO SENADO FEDERAL**

Presidente: Senador LOBÃO FILHO (PMDB/MA)

Relator: Deputado DANILO FORTE (PMDB/CE)



PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2014

(Projeto de Lei nº 2/2013-CN)

RECIBOS DE ENTREGA E ATAS DAS EMENDAS COLETIVAS

Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados

1. COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL
2. COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
3. COMISSÃO DE CULTURA
4. COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
5. COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO
6. COMISSÃO DIRETORA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
7. COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
8. COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
9. COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE
10. COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DA AMAZÔNIA
11. COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
12. COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
13. COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA
14. COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL
15. COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO
16. COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA
17. COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO
18. COMISSÃO DE TURISMO E DESPORTO
19. COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

Presidente: Senador LOBÃO FILHO (PMDB/MA)

Relator: Deputado DANILO FORTE (PMDB/CE)



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0002/2013 - LDO

Data: 14/08/2013

Hora: 14:48

Página: 1 de 1

RECIBO DE ENTREGA DE EMENDAS À LDO

EMENDA DE META

NÚMERO EMENDA	CÓDIGO AÇÃO	DESCRIÇÃO AÇÃO	QUANTIDADE META
1	8924	Transferência de Tecnologias Desenvolvidas para a Agropecuária	180
2	20Y6	Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para a Agropecuária	950
3	2100	Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar	2.000.000
4	210S	Assistência Técnica e Extensão Rural para Reforma Agrária	1.000.000

EMENDA AO TEXTO

NÚMERO EMENDA	REFERÊNCIA	TIPO EMENDA
5	Artigo 4	Modificativa
6	Item 61	Aditiva

Emendas Meta	4
Emendas Cancelamento	0
Emendas Texto	2
Total	6

AUTOR DA EMENDA

5010 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural - CAPAD

Autor:

Chave de Segurança: 87159

Credenciado:

Lote: 6440

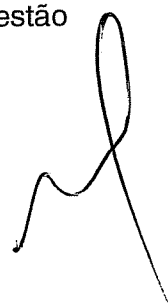
Dep. Griaccho

MOYSES LOBO DA SILVA

P 3557

**ATA DA TRIGÉSIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA (DELIBERATIVA)
REALIZADA EM CATORZE DE AGOSTO DE 2013.**

Às dez horas e vinte e sete minutos do dia catorze de agosto de dois mil e treze, reuniu-se a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, no Anexo II, Plenário 6 da Câmara dos Deputados, convocada pelo Presidente da Comissão, na forma regimental, para a realização de reunião ordinária destinada à discussão e votação das matérias constantes da Pauta nº 16/13. O Livro de Presença registrou o comparecimento dos deputados: Giacobbo - Presidente; Moreira Mendes e Abelardo Lupion - Vice-Presidentes; Alexandre Toledo, Anselmo de Jesus, Bohn Gass, Carlos Magno, Celso Maldaner, Davi Alves Silva Júnior, Dilceu Sperafico, Duarte Nogueira, Giovanni Queiroz, Hélio Santos, Jairo Ataíde, Josué Bengtson, Júnior Coimbra, Junji Abe, Leandro Vilela, Lira Maia, Luis Carlos Heinze, Luiz Nishimori, Marcelo Castro, Marcon, Nelson Meurer, Nelson Padovani, Nilson Leitão, Odílio Balbinotti, Onyx Lorenzoni, Pedro Chaves, Raimundo Gomes de Matos, Reinaldo Azambuja, Valmir Assunção e Vitor Penido - Titulares; Afonso Hamm, Bernardo Santana de Vasconcellos, Chico das Verduras, Edinho Araújo, Edson Pimenta, Eduardo Sciarra, Eleuses Paiva, Félix Mendonça Júnior, Giovani Cherini, Heuler Cruvinel, Jesus Rodrigues, Josias Gomes, Lázaro Botelho, Lúcio Vale, Luiz Carlos, Márcio Marinho, Marcos Montes, Mário Heringer, Nelson Marquezelli, Nilton Capixaba, Oziel Oliveira, Padre João, Silas Brasileiro, Valdir Colatto, Wandenkolk Gonçalves e Wellington Fagundes – Suplentes. Deixaram de comparecer os Deputados Assis do Couto, Beto Faro, Domingos Sávio, Francisco Tenório, Homero Pereira, Humberto Souto, Luci Choinacki, Natan Donadon e Roberto Balestra. Justificaram a ausência os Deputados Betinho Rosado e Homero Pereira. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos. **EXPEDIENTE:** O Presidente comunicou que despachou pessoalmente com o Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sobre os prejuízos à safra de algodão na Bahia e sobre os prejuízos à cultura de soja por conta da praga da ferrugem. O Ministro informou que em tempo hábil não será disponibilizada a solução para o problema da ferrugem da soja, pois as moléculas para os defensivos agrícolas não foram liberadas, e quanto ao problema do algodão não há mais o que fazer, pois o prejuízo já foi instalado. Em seguida, o Presidente informou que irá despachar sobre esses assuntos com a Ministra-Chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann. Em seguida, o Presidente fez breves considerações sobre a questão da concessão de crédito aos produtores rurais, as linhas de financiamento e a capacidade de pagamento das dívidas pelos produtores rurais. O Deputado Giovanni Queiroz lamentou que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento esteja submetido à Casa Civil para tratar de questões pertinentes a defensivos Agrícolas. O Deputado Valdir Colatto informou que também teve audiência com o Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sobre a questão



dos defensivos agrícolas no Brasil. Comentou também os prejuízos causados à agricultura brasileira por falta de defensivos agrícolas. O deputado Luiz Carlos Heinze lamentou a demissão do Secretário de Defesa Agrícola do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ênio Marques Pereira. O deputado Moreira Mendes comentou a notícia veiculada sobre as exigências dos Estados Unidos da América para os produtos agrícolas por ele importados, o que afeta diretamente as exportações brasileiras. O deputado ainda ressaltou a morosidade do Governo Federal em regularizar a situação dos defensivos para a agricultura. O deputado Abelardo Lupion lamentou a demissão do Dr. Ênio Marques Pereira e fez considerações sobre a questão da politização da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. O Deputado Bohn Gass expôs a questão dos defensivos agrícolas no Brasil. O Deputado Afonso Hamm comentou a questão do prejuízo das linhas de financiamento dos viticultores e produtores de soja na região de Bagé, no sul do País. O deputado Oziel Oliveira expôs a situação dos prejuízos enfrentados pelos produtores de soja no oeste da Bahia. O deputado Carlos Magno também fez considerações sobre os cargos de gestão da Secretaria de Defesa Agropecuária, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e sobre a questão da regulamentação dos agrotóxicos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária. O deputado Onyx Lorenzoni ressaltou a importância do cargo de Secretário de Defesa Agropecuária e também fez considerações sobre a questão dos defensivos agrícolas no Brasil. **ORDEM DO DIA:**

A - Discussão e votação das propostas de emendas ao PLN nº 02/2013 – LDO:

1) Emenda de Inclusão de Meta 01: do Senhor Abelardo Lupion. EMENTA: Ações de Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para a Agropecuária. PROGRAMA 2042: Inovações para a Agropecuária. AÇÃO 8924: Transferência de Tecnologias Desenvolvidas para a Agropecuária. PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA): Tecnologia transferida (unidade). ACRÉSCIMO DE META: 180. **2) Emenda de Inclusão de Meta 02:** do Senhor Abelardo Lupion. EMENTA: Ações de Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para a Agropecuária. PROGRAMA 2042: Inovações para a Agropecuária. AÇÃO 20Y6: Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para a Agropecuária. PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA) - Pesquisa desenvolvida (unidade). ACRÉSCIMO DE META: 950. **3) Emenda de Inclusão de Meta 03:** dos Senhores Deputados Marcon, Beto Faro e Anselmo de Jesus. EMENTA: Agricultura Familiar. PROGRAMA 2012: Agricultura Familiar. AÇÃO 2100: Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar. PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA): Agricultor assistido (unidade). ACRÉSCIMO DE META: 2.000.000. **4) Emenda de Inclusão de Meta 04:** dos Senhores Deputados Marcon, Beto Faro e Anselmo de Jesus. EMENTA: Reforma Agrária. Assistência Técnica e Extensão Rural para Reforma Agrária. PROGRAMA 2012: Agricultura Familiar. AÇÃO 210S: Assistência Técnica e Extensão Rural para Reforma Agrária. PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA): Família assistida (unidade). ACRÉSCIMO DE META: 1.000.000. Em discussão e votação, **as sugestões de emendas foram aprovadas por unanimidade.** **B - Matéria Sobre a Mesa: 5 - REQUERIMENTO Nº**



405/13 - do Sr. Luis Carlos Heinze e outros - que "requer seja realizado encontro desta Comissão durante a Expointer 2013, no município de Esteio, estado do Rio Grande do Sul, com o objetivo de debater as demarcações de terras indígenas e as possíveis aquisições de terras para essa finalidade". Subscreveram o requerimento os Deputados Onyx Lorenzoni e Afonso Hamm. **Aprovado por unanimidade 6 - REQUERIMENTO Nº 406/13** - do Sr. Luis Carlos Heinze - que "requer a inclusão em extrapauta do requerimento que propõe a convocação do senhor Guido Mantega, ministro de Estado da Fazenda, para esclarecer este colegiado sobre quais motivos aquela Pasta se omite em autorizar o refinanciamento das dívidas acumuladas dos produtores de soja que tiveram suas lavouras atingidas pela estiagem no estado do Rio Grande do Sul". **Retirado de pauta pelo autor. 7 - REQUERIMENTO Nº 407/13** - do Sr. Luis Carlos Heinze - que "requer que seja feita inclusão extrapauta do Requerimento 405/2013, que requer que seja realizado encontro desta Comissão durante a Expointer 2013, no município de Esteio, estado do Rio Grande do Sul". **Aprovado por unanimidade. C - Proposições Sujeitas à Apreciação Conclusiva pelas Comissões: TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA. 8 - PROJETO DE LEI Nº 3.236/12** - do Sr. Zé Silva - que "dá nova redação ao § 1º do art. 26 da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, que institui medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário e dá outras providências". (Apensado: PL 3237/2012). RELATOR: Deputado NELSON PADOVANI. PARECER: pela aprovação deste e pela rejeição do PL 3237/2012, apensado. Vista ao Deputado Oziel Oliveira, em 07/08/2013. Discutiu o projeto o Deputado Oziel Oliveira. Em votação, **foi Aprovado por Unanimidade o Parecer. 9 - PROJETO DE LEI Nº 4.042/12** - do Sr. Zé Geraldo - que "acrescenta dispositivo à Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 - Estatuto da Terra". EXPLICACAO DA EMENTA: Estabelece que a execução dos mandados de reintegração de posse e desocupação de imóvel rural será feita de segunda a sexta das oito às dezoito horas. RELATOR: Deputado ASSIS DO COUTO. PARECER: pela aprovação, com substitutivo. Vista ao Deputado Moreira Mendes, em 05/06/2013. O Deputado Moreira Mendes apresentou voto em separado em 12/06/2013. **Retirado de pauta, de ofício. 10 - PROJETO DE LEI Nº 4.433/12** - do Sr. Padre Ton - que "altera o art. 12 da Lei nº 8.212 e o art. 11 da Lei nº 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a contratação de empregados, em épocas de safra, e o exercício de atividade remunerada, em período de entressafra ou defeso, por segurados especiais do Regime Geral de Previdência Social". EXPLICACAO DA EMENTA: Autoriza contratação de até trezentos empregados no regime de economia familiar no período de safra e aumenta para trezentos dias a manutenção da qualidade de segurado especial de membro do grupo familiar no período de entressafra ou defeso. RELATOR: Deputado CARLOS MAGNO. PARECER: pela aprovação. Vista conjunta aos Deputados Celso Maldaner e Giovanni Queiroz, em 07/08/2013. Em discussão e votação, **foi Aprovado por Unanimidade o Parecer. 11 - PROJETO DE LEI Nº 5.399/13** - do Sr. Lira Maia - que "exclui área da Reserva Extrativista Renascer, localizada no Município de Prainha, Estado do Pará". RELATOR:



[illegible]

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

54ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA

ATA DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA (DELIBERATIVA) REALIZADA EM DEZ DE JULHO DE 2013

Às dez horas e trinta e cinco minutos do dia dez de julho de dois mil e treze, reuniu-se a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, no Plenário nº 6 do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a Presidência do Deputado Giacobbo, Presidente, para a realização de reunião ordinária destinada à discussão e votação das matérias constantes da Pauta 13/13. O Livro de Presença registrou o comparecimento dos Deputados: Giacobbo - Presidente; Moreira Mendes, Luci Choinacki e Abelardo Lupion - Vice-Presidentes; Anselmo de Jesus, Assis do Couto, Beto Faro, Celso Maldaner, Davi Alves Silva Júnior, Dilceu Sperafico, Domingos Sávio, Duarte Nogueira, Francisco Tenório, Hélio Santos, Jairo Ataíde, Josué Bengtson, Júnior Coimbra, Junji Abe, Leandro Vilela, Luis Carlos Heinze, Luiz Nishimori, Marcon, Nelson Meurer, Nelson Padovani, Nilson Leitão, Odílio Balbinotti, Pedro Chaves, Raimundo Gomes de Matos, Reinaldo Azambuja, Roberto Balestra, Valmir Assunção e Vitor Penido - Titulares; Alceu Moreira, Alfredo Kaefer, Bernardo Santana de Vasconcellos, Chico das Verduras, Edinho Araújo, Edson Pimenta, Eduardo Sciarra, Eleuses Paiva, Heuler Cruvinel, Jesus Rodrigues, Josias Gomes, Lázaro Botelho, Lúcio Vale, Luiz Carlos, Márcio Marinho, Marcos Montes, Mário Heringer, Nelson Marquezelli, Nilton Capixaba, Oziel Oliveira, Paulo Cesar Quartiero, Silas Brasileiro, Valdir Colatto, Wandenkolk Gonçalves, Wellington Fagundes e Wellington Roberto – Suplentes. Compareceu também o Deputado Weverton Rocha, como não-membro. Deixaram de comparecer os Deputados Alexandre Toledo, Bohn Gass, Carlos Magno, Giovanni Queiroz, Homero Pereira, Humberto Souto, Lira Maia, Marcelo Castro, Natan Donadon e Onyx Lorenzoni. Justificaram a ausência os Deputados Carlos Magno, Homero Pereira e Lira Maia. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e colocou em apreciação as Atas da Vigésima Quarta reunião (Ordinária, Audiência Pública), realizada no dia 18 de junho de 2013, da Vigésima Quinta reunião (Ordinária), realizada no dia 19 de junho de 2013, da Vigésima Sexta reunião (Ordinária, Audiência Pública), realizada no dia 26 de junho de 2013, e da Vigésima Sétima reunião (Ordinária, Audiência Pública), realizada em 2 de julho de 2013, tendo solicitado ao secretário que procedesse à leitura das Atas. O deputado Valdir Colatto requereu a dispensa da leitura das Atas, em razão de estas terem sido distribuídas previamente aos membros da Comissão. Aprovado o requerimento, em votação as Atas foram aprovadas. **EXPEDIENTE:** O Presidente comunicou o recebimento dos Ofícios nº 032/2013 Gab 513-CD, de dezenove de junho do corrente, 035/2013 Gab 513-CD e 037/2013 Gab 513-CD, datados de vinte e quatro de junho do corrente, justificando ausência do Deputado Nelson Padovani nas reuniões desta Comissão ocorridas nos dias dois de abril, vinte e nove de maio e onze de junho do corrente, respectivamente. E o Memo. n. 134/13/GAB/PSD, de 3/7/13, justificando a ausência do deputado Junji Abe, no dia 19 de junho de 2013. **ORDEM DO DIA:** Iniciada a



Ordem do Dia, o Presidente submeteu à apreciação os itens constantes da Pauta, antes, porém, anunciou o recebimento das seguintes propostas: A - Discussão e votação das propostas de emendas ao PLN nº 02/2013 – LDO: 01) **SUGESTÃO DE EMENDA AO TEXTO DA LDO nº 02/13** – do Senhor Abelardo Lupion - EMENDA AO PROJETO DE LEI DE ALTERAÇÃO DA LDO: Art. 4º As prioridades da Administração Pública Federal para o exercício de 2014, atendidas as despesas contidas no Anexo III e as de funcionamento dos órgãos e das entidades que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, correspondem às ações relativas ao Programa de Aceleração do Crescimento - PAC e ao Programa Brasil sem Miséria – PBSM, bem como às ações de pesquisas e transferências de tecnologias do Programa 2042 Inovações para a Agropecuária, vinculadas às subfunções Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia de Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico, as quais terão precedência na alocação dos recursos no Projeto e na Lei Orçamentária de 2014, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa; 2) **SUGESTÃO DE EMENDA AO TEXTO DA LDO nº 02/13** – do Senhor Abelardo Lupion - EMENDA AO PROJETO DE LEI DE ALTERAÇÃO DA LDO: Alterar o Anexo III – DESPESAS QUE NÃO SERÃO OBJETO DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO, NOS TERMOS O ART. 9º, § 2º, DA LRF, 2000, POR CONSTITUIREM OBRIGAÇÕES CONSTITUCIONAIS OU LEGAIS DA UNIÃO, para incluir a SEÇÃO III. 2 no ANEXO III – DEMAIS DESPESAS RESSALVADAS, CONFORME O ART. 9º, §2º, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 2000, para acrescentar as despesas ressalvadas de contingenciamento a saber: SEÇÃO III.2 – DEMAIS DESPESAS RESSALVADAS, CONFORME O ART. 9º, § 2º, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 2000: 1. Despesas com ações de pesquisas e desenvolvimento e de transferências de tecnologias vinculadas ao Programa 2042 – Inovações para a Agropecuária relacionadas às subfunções Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia e Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico. Discutiu as sugestões de emendas o Deputado Valdir Colatto. Em votação, as sugestões de emendas **foram aprovadas por unanimidade**. B - Requerimentos: 1 - **REQUERIMENTO Nº 394/13** - do Sr. Márcio Marinho - que "requer constituição de comitiva de deputados para participar da Exposição da Indústria da Cultura Aquática - Aqua Nor 2013". Em discussão e votação, o requerimento foi **aprovado por unanimidade**. Com a palavra, o Presidente solicitou que, ao iniciar a Ordem do Dia no Plenário da Casa, os parlamentares se encaminhem para votar o Requerimento nº 8099/13, que solicita urgência para apreciação do PLP 227/13. Também anunciou acordo para retirada da pauta dos Requerimentos nº 395/13 e 396/13, bem como a alteração na data da Audiência Pública para "Esclarecer a participação de outros órgãos do governo na análise de laudos antropológicos e documentos que propõem a delimitação de terras indígenas". 2 - **REQUERIMENTO Nº 395/13** - dos Srs. Giovanni Queiroz e Weverton Rocha - que "requer que sejam convocados o Senhor Ministro de Estado da Justiça, José Eduardo Cardoso e Senhor Ministro de Estado da Secretaria Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, para prestar esclarecimentos sobre os conflitos envolvendo a demarcação e desocupação de áreas indígenas no Brasil, com ênfase nos Estados do Pará e Maranhão". **Retirado de Pauta de ofício**. 3 - **REQUERIMENTO Nº 396/13** - do Sr. Giovanni Queiroz - que "requer que seja convocada a Senhora Ministra-Chefe da Casa Civil, Senhora Gleisi Hoffmann, para prestar esclarecimentos sobre os conflitos envolvendo a demarcação e desocupação de áreas indígenas no Brasil, com ênfase nos Estados do Pará e Maranhão". **Retirado de Pauta de ofício**. 4 - **REQUERIMENTO Nº 397/13** - do Sr. Marcos Montes - que "requer, nos termos do art. 255 do Regimento Interno, realização de

Audiência Pública com Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN e com Ministério Público do Trabalho-MPT para debater o transporte de cana-de-açúcar da colheita à unidade industrial". **Retirado de pauta a pedido do autor.** 5 - **REQUERIMENTO Nº 398/13** - do Sr. Junji Abe - que "requer a realização de Audiência Pública para debater o PL 174 de 2011, que Institui o Plano Nacional de Abastecimento de Hortigranjeiros - PLANHORT". Tendo sido subscrito pelo Deputado Hélio Santos, em discussão e votação **foi aprovado por unanimidade.** 6 - **REQUERIMENTO Nº 399/13** - do Sr. Junji Abe - que "requer a realização de Audiência Pública para debater sobre a isenção tributária definitiva aos hortícolas minimamente processados". Tendo sido subscrito pelo Deputado Hélio Santos, em discussão e votação **foi aprovado por unanimidade.** C - Proposições Sujeitas à Apreciação do Plenário: PRIORIDADE. 7 - **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 227/12** - do Sr. Homero Pereira e outros - que "regulamenta o § 6º do art. 231, da Constituição Federal de 1988 definindo os bens de relevante interesse público da União para fins de demarcação de Terras Indígenas". RELATOR: Deputado MOREIRA MENDES. PARECER: Parecer com Complementação de Voto, Dep. Moreira Mendes (PSD-RO), pela aprovação, com substitutivo e subemenda. Vista conjunta aos Deputados Francisco Tenório, Luci Choinacki e Padre João, em 05/06/2013. Os Deputados Padre João e Luci Choinacki apresentaram votos em separado em 18/06/2013. Em discussão e votação, foi **aprovado por unanimidade o parecer, com os votos em separado dos Deputados Padre João e Luci Choinacki.** TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA. Com a palavra, o Deputado Alceu Moreira apresentou requerimento de solicitação de inversão de pauta para os itens 8 e 16. Em discussão e votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade. 8 - **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 712/12** - do Sr. Alceu Moreira - que "susta a Portaria nº 2.222, de 21 de setembro de 2012, do Ministro de Estado da Justiça, José Eduardo Cardozo, que declara de posse permanente do grupo indígena Guarani Chiripá e Mbya a Terra Indígena Mato Preto, localizada nos municípios de Erebangó, Erechim e Getúlio Vargas, Estado do Rio Grande do Sul". (Apensado: PDC 713/2012). RELATOR: Deputado VITOR PENIDO. PARECER: pela aprovação deste e pela rejeição do PDC 713/2012, apensado. **Vista à Deputada Luci Choinacki em 10/07/2013.** Com a palavra o Deputado Weverton Rocha ressaltou a denúncia que ele fez durante a Audiência Pública desta Comissão com o Ministro Gilberto Carvalho, por que o Exército brasileiro estava nas ruas de São João do Caru/MA, e por que os agentes do Ibama e da Funai estavam usando armas naquele município. O deputado Weverton solicitou providências para a solução dos conflitos na região do Maranhão. O Deputado Abelardo Lupion sugeriu o encaminhamento de ofício da Comissão ao Ministro da Justiça com pedido de proteção da Polícia Federal ao Deputado Weverton Rocha e ao Senhor Arnaldo Lacerda líder comunitário no município de São João do Caru/MA. O Presidente acolheu a sugestão do Deputado Abelardo Lupion e consultou ao plenário se concordava, obtendo a sua aquiescência. O Deputado Marcon denunciou a situação de conflito no Rio Grande do Sul, na cidade de Saranduva, em decorrência do processo de demarcação de terras indígenas. 9 - **PROJETO DE LEI Nº 2.693/11** - do Sr. Pepe Vargas - que "dispõe sobre a legalização, produção e comercialização do produto Vinho Colonial". (Apensado: PL 3183/2012). RELATOR: Deputado ALCEU MOREIRA. PARECER: Parecer às emendas apresentadas ao Substitutivo do Relator, Dep. Alceu Moreira (PMDB-RS), pela aprovação deste e do PL 3183/2012, apensado e pela aprovação parcial da Emenda apresentada ao Substitutivo, com substitutivo. Vista ao Deputado Assis do Couto, em 05/06/2013. O Deputado Assis do Couto apresentou voto em separado em 19/06/2013. Em discussão, manifestaram-se os



Deputados Abelardo Lupion, que sugeriu alteração do relatório, Luis Carlos Heinze, Assis do Couto e Nelson Meurer. Em votação, **foi aprovado o parecer com complementação de voto**, contemplando a sugestão do deputado Abelardo Lupion de incluir o artigo 4º do Projeto de Lei nº 2.693/2011 como § 5º do Substitutivo por mim apresentado. Absteve-se de votar o deputado Assis do Couto, que apresentou voto em separado. 10 – **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 809/12** - dos Srs. Antonio Carlos Mendes Thame e Reinaldo Azambuja - que "susta a eficácia do Comunicado, de 19 de julho de 2012, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis". RELATOR: Deputado DUARTE NOGUEIRA. PARECER: pela aprovação. Vista ao Deputado Padre João, em 05/06/2013. O Deputado Padre João apresentou voto em separado em 11/06/2013. Em discussão e votação, **o parecer foi aprovado por unanimidade**. Apresentou voto em separado o Deputado Padre João. D - Proposições Sujeitas à Apreciação Conclusiva pelas Comissões: PRIORIDADE. TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA. 11 - **PROJETO DE LEI Nº 4.781/12** - do Senado Federal - Rodrigo Rollemberg - (PLS 212/2012) - que "altera a Lei nº 6.894, de 16 de dezembro de 1980, para incluir os remineralizadores como uma categoria de insumo destinado à agricultura, e dá outras providências". EXPLICACAO DA EMENTA: Inclui também os substratos para as plantas. RELATOR: Deputado BERNARDO SANTANA DE VASCONCELLOS. PARECER: pela aprovação. Vista ao Deputado Giacobbo, em 19/06/2013. O Deputado Giacobbo apresentou voto em separado em 02/07/2013. Em discussão e votação, **foi aprovado por unanimidade o parecer**. Apresentou voto em separado o Deputado Giacobbo. 12 - **PROJETO DE LEI Nº 2.493/11** - do Senhor Taumaturgo Lima - que "altera o art. 25, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para estender às cooperativas e às colônias de pescadores artesanais os descontos especiais nas tarifas de energia elétrica aplicáveis às unidades consumidoras classificadas na Classe Rural". RELATOR: Deputado ALCEU MOREIRA. PARECER: pela aprovação. Vista ao Deputado Wandenkolk Gonçalves em 10/07/2013. 13 - **PROJETO DE LEI Nº 4.042/12** - do Sr. Zé Geraldo - que "acrescenta dispositivo à Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 - Estatuto da Terra". EXPLICACAO DA EMENTA: Estabelece que a execução dos mandados de reintegração de posse e desocupação de imóvel rural será feita de segunda a sexta das oito às dezoito horas. RELATOR: Deputado ASSIS DO COUTO. PARECER: pela aprovação, com substitutivo. Vista ao Deputado Moreira Mendes, em 05/06/2013. O Deputado Moreira Mendes apresentou voto em separado em 12/06/2013. **Não deliberado**. 14 - **PROJETO DE LEI Nº 4.515/12** - do Senhor Professor Victório Galli - que "altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política agrícola". EXPLICACAO DA EMENTA: Isenta as Áreas de Preservação Permanentes e as Reservas Legais de pagamento do ITR. RELATOR: Deputado LUIZ NISHIMORI. PARECER: pela aprovação deste, com substitutivo, e pela rejeição da Emenda 1/2012 da CAPADR. **Não deliberado**. 15 - **PROJETO DE LEI Nº 2.944/11** - do Sr. Domingos Dutra - que "acrescenta dispositivo à Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, relativo à cessão não onerosa de águas da União para fins de aquicultura". RELATOR: Deputado EDSON PIMENTA. PARECER: pela aprovação. **Não deliberado**. 16 - **PROJETO DE LEI Nº 3.835/12** - dos Srs. Bohn Gass e Sibá Machado - que "dispõe sobre as áreas consolidadas em áreas de preservação permanente e em áreas de reserva legal, e dá outras providências". (Apensado: PL 3846/2012). RELATOR: Deputado VALDIR COLATTO. PARECER: pela rejeição deste e do PL 3846/2012, apensado. Em discussão e votação, **foi aprovado por unanimidade o parecer**. 17 - **PROJETO DE LEI Nº 3.236/12** - do Sr. Zé Silva - que "dá nova redação ao § 1º do art. 26 da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, que

institui medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário e dá outras providências". (Apensado: PL 3237/2012). RELATOR: Deputado NELSON PADOVANI. PARECER: pela aprovação deste e pela rejeição do PL 3237/2012, apensado. Retirado de pauta pelo relator. 18 - **PROJETO DE LEI Nº 1.557/07** - do Sr. Ivan Valente - que "dispõe sobre a expropriação de glebas onde houver milícias armadas e dá outras providências". RELATOR: Deputado NELSON MEURER. PARECER: pela rejeição. O autor apresentou requerimento de retirada de pauta, porém a solicitação foi indeferida pelo Presidente da Comissão, tendo em vista que o autor do Projeto iria defender um requerimento em outra Comissão. Em discussão e votação, **o parecer foi aprovado por unanimidade**. 19 - **PROJETO DE LEI Nº 3.872/12** - do Sr. Valmir Assunção - que "altera o art. 15-A, do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e dá outras providências". EXPLICACAO DA EMENTA: Estabelece a não incidência de juros compensatórios nas desapropriações para fins de reforma agrária. RELATOR: Deputado ANDRÉ ZACHAROW. PARECER: pela aprovação. Vista conjunta aos Deputados Luis Carlos Heinze, Padre João e Valdir Colatto, em 27/03/2013. O Deputado Luis Carlos Heinze apresentou voto em separado em 08/04/2013. **Não deliberado**. 20 - **PROJETO DE LEI Nº 5.399/13** - do Senhor Lira Maia - que "exclui área da Reserva Extrativista Renascer, localizada no Município de Prainha, Estado do Pará". RELATOR: Deputado FRANCISCO TENÓRIO. PARECER: pela aprovação. **Não deliberado**. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos às doze horas dez minutos. E para constar, eu, Moizes Lobo da Cunha Secretário, lavrei a presente ATA, que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e encaminhada à publicação no Diário da Câmara dos Deputados. Deputado Giacomini



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0002/2013 - LDO

Data: 14/08/2013

Hora: 19:00

Página: 1 de 1

RECIBO DE ENTREGA DE EMENDAS À LDO

EMENDA DE META

NÚMERO EMENDA	CÓDIGO AÇÃO	DESCRIÇÃO AÇÃO	QUANTIDADE META
1	20UQ	Apoio a Extensão Tecnológica para Inclusão Social e Desenvolvimento Sustentável	99
2	20V6	Fomento a Pesquisa e Desenvolvimento Voltados à Inovação e ao Processo Produtivo	131
3	20US	Fomento à Pesquisa Voltada para a Geração de Conhecimento, Novas Tecnologias, Produtos e Processos Inovadores	5.909
4	NOVA	Missão Antártica	1
5	4655	Operação e Desenvolvimento da Internet na Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP - OS	20

EMENDA AO TEXTO

NÚMERO EMENDA	REFERÊNCIA	TIPO EMENDA
6	Item 61	Aditiva

Emendas Meta	5
Emendas Cancelamento	0
Emendas Texto	1
Total	6

AUTOR DA EMENDA

5011 - Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática - CCTCI

Autor:

Credenciado:

Chave de Segurança: 00530

Lote: 6533

3.597



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E
INFORMÁTICA

54ª Legislatura - 3ª Sessão Legislativa Ordinária

ATA DA 30ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 14 de agosto de 2013.

Às treze horas e trinta e sete minutos do dia quatorze de agosto de dois mil e treze, reuniu-se a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, no Anexo II, Plenário 13 da Câmara dos Deputados, com a presença dos Deputados Paulo Abi-Ackel - Presidente; Nelson Marchezan Junior, Jorge Bittar e Silas Câmara - Vice-Presidentes; Antonio Imbassahy, Ariosto Holanda, Arolde de Oliveira, Bruno Araújo, Dalva Figueiredo, Dr. Adilson Soares, Eliene Lima, Evandro Milhomen, Iara Bernardi, João Arruda, Jorge Tadeu Mudalen, Luciana Santos, Luiza Erundina, Marçal Filho, Marcelo Aguiar, Margarida Salomão, Miro Teixeira, Missionário José Olímpio, Newton Lima, Oliveira Filho, Paulo Teixeira, Rogério Peninha Mendonça, Ruy Carneiro, Sandro Alex e Takayama - Titulares; Aureo, Colbert Martins, Costa Ferreira, Duarte Nogueira, Emanuel Fernandes, Francisco Floriano, Hugo Motta, Ilário Marques, Izalci, José Carlos Araújo, José Rocha, Josué Bengtson, Júlio Cesar, Márcio Marinho, Milton Monti, Nilda Gondim, Onofre Santo Agostini, Pastor Eurico, Paulo Wagner, Walter Ihoshi e Wellington Fagundes - Suplentes. Compareceu também o Deputado Celso Jacob, como não membro. Deixaram de comparecer os Deputados Beto Mansur, Carlos Sampaio, Efraim Filho, Júlio Campos, Padre Ton, Salvador Zimbaldi e Sibá Machado. **ABERTURA:** O Deputado Jorge Bittar assumiu a presidência da reunião, declarou abertos os trabalhos e colocou em apreciação as Atas das 24ª, 25ª, 26ª e 27ª reuniões, realizadas nos dias 09 e 10 de julho e 06 e 07 de agosto de 2013. O Deputado Arolde de Oliveira solicitou a dispensa da leitura das Atas. Não houve discussão. Em votação, as Atas foram aprovadas. Não houve expediente. **ORDEM DO DIA: A - Requerimentos: 1 - REQUERIMENTO Nº 222/13** - da Sra. Margarida Salomão - que "requer a realização de Audiência Pública, desta Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática conjuntamente com a Comissão de Cultura com a finalidade de debater o tema "Inserção obrigatória em rádio e TV de programação regional", com vista a subsidiar relatório no PL nº 7075/2002, com as presenças do Exmo Ministro de Estado das Comunicações Sr. Paulo Bernardo Silva, com representantes do Fórum Nacional da



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Democratização da Comunicação e com os jornalistas Srs. Romário Schettino e Jonas Valente". **RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO.** 2 - **REQUERIMENTO Nº 223/13** - dos Srs. Paulo Teixeira e Jesus Rodrigues - que "requer a Vossa Excelência, nos termos regimentais, a realização de uma audiência pública para debater sobre Marketing Multinível no Brasil". **RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO.** 3 - **REQUERIMENTO Nº 224/13** - dos Srs. Jorge Bittar e Paulo Teixeira - que "requer a realização de Audiência Pública para debater o Projeto de Lei nº 5.992, de 2013, que "Regulamenta o disposto no inciso III do art. 221 da Constituição Federal, para estabelecer percentuais de regionalização da produção cultural, artística e jornalística das emissoras de radiodifusão sonora e de sons e imagens"". **RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO.** 4 - **REQUERIMENTO Nº 226/13** - do Sr. Sandro Alex - que "requer a realização de reunião de Audiência Pública para discutir a viabilidade de implantação do cronograma de transição da TV analógica para a TV digital". **RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO.** B - **Proposições Sujeitas à Apreciação Conclusiva pelas Comissões: PRAZO CONSTITUCIONAL** 5 - **TVR Nº 264/13** - do Poder Executivo - (MSC 44/2013) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 970, de 26 de outubro de 2010, que outorga permissão à Rota Comunicações Limitada para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Adamantina, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado PAULO TEIXEIRA. PARECER: pela aprovação. **RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO.** 6 - **TVR Nº 287/13** - do Poder Executivo - (MSC 45/2013) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 419, de 04 de setembro de 2006, que autoriza à Associação Comunitária, Educativa, Cultural, Informativa, Artística Plenitude de Uberlândia executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Uberlândia, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado LUIZ FERNANDO FARIA. PARECER: pela aprovação. **RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO.** 7 - **TVR Nº 327/13** - do Poder Executivo - (MSC 46/2013) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 36, de 17 de fevereiro de 2011, que autoriza à Associação Comunitária Serranense de Radiodifusão executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Serranos, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado LUIZ FERNANDO FARIA. PARECER: pela aprovação. **RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO.** 8 - **TVR Nº 342/13** - do Poder Executivo - (MSC 47/2013) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.155, de 24 de novembro de 2010, que autoriza à Associação



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comunitária e Cultural de Radiodifusão executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado LUIZ FERNANDO FARIA. PARECER: pela aprovação. **RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO.** 9 - **TVR Nº 344/13** - do Poder Executivo - (MSC 47/2013) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.229, de 30 de novembro de 2010, que autoriza à Associação Comunitária e de Comunicação de Tijuaçu e Quebra Facão Senhor do Bonfim executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Senhor do Bonfim, Estado da Bahia". RELATOR: Deputado PAULO TEIXEIRA. PARECER: pela aprovação. **RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO.** 10 - **TVR Nº 391/13** - do Poder Executivo - (MSC 131/2013) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 552, de 27 de setembro de 2007, que autoriza a Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social de Cardoso a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Cardoso, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado PAULO TEIXEIRA. PARECER: pela aprovação. **RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO.** 11 - **TVR Nº 392/13** - do Poder Executivo - (MSC 131/2013) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 768, de 20 de novembro de 2008, que autoriza a Associação Comunitária da Juventude de Congonhas do Norte a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Congonhas do Norte, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado LUIZ FERNANDO FARIA. PARECER: pela aprovação. **RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO.** 12 - **TVR Nº 395/13** - do Poder Executivo - (MSC 131/2013) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 597, de 29 de junho de 2010, que autoriza a ABA - Associação Beneficente Ágape a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Palma, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado LUIZ FERNANDO FARIA. PARECER: pela aprovação. **RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO.** 13 - **TVR Nº 439/13** - do Poder Executivo - (MSC 132/2013) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1054, de 08 de novembro de 2010, que autoriza a Associação Itanhangaense de Radiodifusão Comunitária a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Itanhangá, Estado do Mato Grosso". RELATOR: Deputado ELIENE LIMA. PARECER: pela aprovação. **RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO.** 14 - **TVR Nº 451/13** - do Poder Executivo - (MSC 132/2013) - que "submete à



CÂMARA DOS DEPUTADOS

apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1095, de 16 de novembro de 2010, que autoriza a Associação Comunitária da Praia de Outeiro do Município de Cedral - ACOPO a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Cedral, Estado do Maranhão". RELATORA: Deputada DALVA FIGUEIREDO. PARECER: pela aprovação. **RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO.** 15 - TVR Nº 455/13 - do Poder Executivo - (MSC 132/2013) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1100, de 16 de novembro de 2010, que autoriza a Sociedade Beneficente Ebenezer a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Soledade, Estado do Rio Grande do Sul". RELATOR: Deputado PAULO TEIXEIRA. PARECER: pela aprovação. **RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO.** 16 - TVR Nº 461/13 - do Poder Executivo - (MSC 133/2013) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1176, de 24 de novembro de 2010, que autoriza a Associação Comunitária Rota das Termas a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São Carlos, Estado de Santa Catarina". RELATOR: Deputado PAULO TEIXEIRA. PARECER: pela aprovação. **RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO.** 17 - TVR Nº 462/13 - do Poder Executivo - (MSC 133/2013) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1177, de 24 de novembro de 2010, que autoriza a Instituto Gene Blumenau a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Blumenau, Estado de Santa Catarina". RELATOR: Deputado ONOFRE SANTO AGOSTINI. PARECER: pela aprovação. **RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO.** 18 - TVR Nº 467/13 - do Poder Executivo - (MSC 133/2013) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1223, de 30 de novembro de 2010, que autoriza a Associação Comunitária de Serra Verde a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Ribeirão Vermelho, Estado de Minas Gerais". RELATORA: Deputada DALVA FIGUEIREDO. PARECER: pela aprovação. **RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO.** 19 - TVR Nº 478/13 - do Poder Executivo - (MSC 133/2013) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1388, de 22 de dezembro de 2010, que autoriza a Associação Educativa e Cultural de Ibité a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Ibité, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado JORGE TADEU MUDALEN. PARECER: pela aprovação. **RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO.** 20 - TVR Nº 484/13 - do Poder Executivo - (MSC



CÂMARA DOS DEPUTADOS

133/2013) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 148, de 24 de maio de 2011, que autoriza a Associação Comunitária e Cultural São Lourenço a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina". RELATOR: Deputado ARIOSTO HOLANDA. PARECER: pela aprovação. **RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO. 21 - TVR Nº 486/13** - do Poder Executivo - (MSC 133/2013) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 157, de 24 de maio de 2011, que autoriza a Associação de Comunicação Cidade de Blumenau a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Blumenau, Estado de Santa Catarina". RELATOR: Deputado JORGE TADEU MUDALEN. PARECER: pela aprovação. **RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO. 22 - TVR Nº 494/13** - do Poder Executivo - (MSC 133/2013) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 202, de 06 de junho de 2011, que autoriza a Associação Cultural e de Radiodifusão Comunitária Alternativa de Maravilha a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Maravilha, Estado de Santa Catarina". RELATOR: Deputado ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA. PARECER: pela aprovação. **RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO. 23 - TVR Nº 515/13** - do Poder Executivo - (MSC 134/2013) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 338, de 17 de agosto de 2011, que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Niquelândia a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Niquelândia, Estado de Goiás". RELATOR: Deputado MARCELO AGUIAR. PARECER: pela aprovação. **RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO. 24 - TVR Nº 523/13** - do Poder Executivo - (MSC 134/2013) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 394, de 12 de setembro de 2011, que autoriza a Associação Comunitária de Bugre a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Bugre, Estado de Minas Gerais". RELATORA: Deputada MARGARIDA SALOMÃO. PARECER: pela aprovação. **RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO. 25 - TVR Nº 530/13** - do Poder Executivo - (MSC 134/2013) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 479, de 28 de outubro de 2011, que autoriza a Associação Comunitária de Difusão Alternativa de Divinópolis a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Divinópolis, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado ANTONIO



CÂMARA DOS DEPUTADOS

IMBASSAHY. PARECER: pela aprovação. **RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO.** 26 - **TVR Nº 533/13** - do Poder Executivo - (MSC 134/2013) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 522, de 06 de dezembro de 2011, que autoriza a Associação Cultural Morada do Sol a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Goiânia, Estado de Goiás". **RELATOR:** Deputado LUIZ FERNANDO FARIA. **PARECER:** pela aprovação. **RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO.** 27 - **TVR Nº 535/13** - do Poder Executivo - (MSC 134/2013) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 525, de 06 de dezembro de 2011, que autoriza a Associação Comunitária Areia Branca FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Areia Branca, Estado de Sergipe". **RELATOR:** Deputado PAULO TEIXEIRA. **PARECER:** pela aprovação. **RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO.** 28 - **TVR Nº 536/13** - do Poder Executivo - (MSC 134/2013) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 528, de 06 de dezembro de 2011, que autoriza a Associação Radiofusão Flamboyant a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Goiânia, Estado de Goiás". **RELATOR:** Deputado LUIZ FERNANDO FARIA. **PARECER:** pela aprovação. **RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO.** 29 - **TVR Nº 542/13** - do Poder Executivo - (MSC 135/2013) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 13, de 20 de janeiro de 2012, que autoriza a Associação Comunitária Educativa de Juramento - ACEJU a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Juramento, Estado de Minas Gerais". **RELATOR:** Deputado ANTONIO IMBASSAHY. **PARECER:** pela aprovação. **RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO.** 30 - **TVR Nº 558/13** - do Poder Executivo - (MSC 135/2013) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 123, de 02 de março de 2012, que autoriza a Associação de Comunicação e Cultura de Florestal a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Florestal, Estado de Minas Gerais". **RELATOR:** Deputado LUIZ FERNANDO FARIA. **PARECER:** pela aprovação. **RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO.** 31 - **TVR Nº 565/13** - do Poder Executivo - (MSC 135/2013) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 190, de 02 de abril de 2012, que autoriza a Associação Comunitária Nova Esperança a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Cachoeira de Pajeú, Estado de Minas Gerais". **RELATOR:**



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado ANTONIO IMBASSAHY. PARECER: pela aprovação. **RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO. 32 - TVR Nº 578/13** - do Poder Executivo - (MSC 136/2013) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 663, de 31 de agosto de 2009, que renova a permissão outorgada ao Sistema Planalto de Radiodifusão Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina". RELATOR: Deputado ONOFRE SANTO AGOSTINI. PARECER: pela aprovação. **RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO. 33 - TVR Nº 588/13** - do Poder Executivo - (MSC 136/2013) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1110, de 17 de novembro de 2010, que renova a permissão outorgada à Rádio Excelsior S.A. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de São Paulo, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado BETO MANSUR. PARECER: pela aprovação. **RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO. 34 - TVR Nº 591/13** - do Poder Executivo - (MSC 136/2013) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1267, de 03 de dezembro de 2010, que renova a permissão outorgada à Rádio Garbosa Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de São João Nepomuceno, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado SANDRO ALEX. PARECER: pela aprovação. **RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO. 35 - TVR Nº 592/13** - do Poder Executivo - (MSC 136/2013) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1423, de 29 de dezembro de 2010, que renova a permissão outorgada à Rádio a Voz de São Pedro Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de São Pedro, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado JORGE TADEU MUDALEN. PARECER: pela aprovação. **RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO. 36 - TVR Nº 596/13** - do Poder Executivo - (MSC 136/2013) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 100, de 02 de maio de 2011, que renova a permissão outorgada à Sociedade Rádio Clube São José dos Campos Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de São José dos Campos, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado SALVADOR ZIMBALDI. PARECER: pela aprovação. **RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO. 37 - TVR Nº 612/13** - do Poder Executivo - (MSC 136/2013) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 299, de 01 de agosto de 2011, que



CÂMARA DOS DEPUTADOS

renova a permissão outorgada à Rádio Iguatemi Frequência Modulada Stéreo Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Bebedouro, Estado de São Paulo". RELATORA: Deputada MARGARIDA SALOMÃO. PARECER: pela aprovação. **RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO. 38 - TVR Nº 615/13** - do Poder Executivo - (MSC 137/2013) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 259, de 07 de julho de 2011, que outorga permissão a Márcio Freitas Comunicação Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Ipaba, Estado de Minas Gerais". RELATORA: Deputada MARGARIDA SALOMÃO. PARECER: pela aprovação. **RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO. 39 - TVR Nº 618/13** - do Poder Executivo - (MSC 137/2013) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 276, de 13 de julho de 2011, que outorga permissão a Super Difusora AM Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Angatuba, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado BETO MANSUR. PARECER: pela aprovação. **RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO. 40 - TVR Nº 620/13** - do Poder Executivo - (MSC 137/2013) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 309, de 01 de agosto de 2011, que outorga permissão ao Sistema Adonai de Comunicação Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Campo dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro". RELATOR: Deputado JORGE BITTAR. PARECER: pela aprovação. **RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO. 41 - TVR Nº 636/13** - do Poder Executivo - (MSC 137/2013) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 534, de 06 de dezembro de 2011, que outorga permissão a Cable-Link Operadora de Sinais de TV a Cabo Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Taubaté, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado ARIOSTO HOLANDA. PARECER: pela aprovação. **RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO. 42 - TVR Nº 639/13** - do Poder Executivo - (MSC 137/2013) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 539, de 06 de dezembro de 2011, que outorga permissão a E. F. Comunicações Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Nova Xavantina, Estado do Mato Grosso". RELATOR: Deputado ELIENE LIMA. PARECER: pela aprovação. **RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO. 43 - TVR Nº 640/13** - do



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Poder Executivo - (MSC 137/2013) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 541, de 06 de dezembro de 2011, que outorga permissão a Rocco Júnior e Rocco Ltda. - ME para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Florestópolis, Estado do Paraná". RELATOR: Deputado SALVADOR ZIMBALDI. PARECER: pela aprovação. **RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO.** 44 - **TVR Nº 659/13** - do Poder Executivo - (MSC 138/2013) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 63, de 10 de fevereiro de 2012, que renova a permissão outorgada a Fundação Cásper Líbero para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de São Paulo, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado PAULO TEIXEIRA. PARECER: pela aprovação. **RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO.** 45 - **TVR Nº 673/13** - do Poder Executivo - (MSC 140/2013) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 722, de 03 de agosto de 2010, que outorga permissão ao Sistema Integrado de Radiocomunicação Ltda. - SIR para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Claraval, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado LUIZ FERNANDO FARIA. PARECER: pela aprovação. **RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO.** 46 - **TVR Nº 692/13** - do Poder Executivo - (MSC 140/2013) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1300, de 09 de dezembro de 2010, que outorga permissão a Carmorela Indústria e Comércio Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Piracema, Estado de Minas Gerais". RELATORA: Deputada DALVA FIGUEIREDO. PARECER: pela aprovação. **RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO.** 47 - **TVR Nº 699/13** - do Poder Executivo - (MSC 140/2013) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 123, de 17 de maio de 2011, que outorga permissão a Cataia FM Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Magalhães Barata, Estado do Pará". RELATOR: Deputado ELIENE LIMA. PARECER: pela aprovação. **RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO.** 48 - **TVR Nº 704/13** - do Poder Executivo - (MSC 140/2013) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 222, de 06 de junho de 2011, que outorga permissão ao Sistema Max Digital de Comunicações Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Santana da

47



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ponte Pensa, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado JORGE TADEU MUDALEN. PARECER: pela aprovação. **RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO. 49 - TVR Nº 719/13** - do Poder Executivo - (MSC 147/2013) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 302, de 01 de agosto de 2011, que renova a permissão outorgada à Rádio Vale Feliz Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Feliz, Estado do Rio Grande do Sul". RELATOR: Deputado MARCELO AGUIAR. PARECER: pela aprovação. **RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO. 50 - TVR Nº 722/13** - do Poder Executivo - (MSC 147/2013) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 306, de 01 de agosto de 2011, que renova a permissão outorgada à Rádio FM Corumbá Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Pires do Rio, Estado de Goiás". RELATOR: Deputado ELIENE LIMA. PARECER: pela aprovação. **RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO. 51 - TVR Nº 724/13** - do Poder Executivo - (MSC 147/2013) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 365, de 17 de agosto de 2011, que renova a permissão outorgada à Rádio Intercontinental Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Curitiba, Estado do Paraná". RELATOR: Deputado SANDRO ALEX. PARECER: pela aprovação. **RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO. 52 - TVR Nº 726/13** - do Poder Executivo - (MSC 147/2013) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 367, de 17 de agosto de 2011, que renova a permissão outorgada à Rede Gerais de Comunicação Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Coromandel, Estado de Minas Gerais". RELATORA: Deputada MARGARIDA SALOMÃO. PARECER: pela aprovação. **RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO. 53 - TVR Nº 728/13** - do Poder Executivo - (MSC 147/2013) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 369, de 17 de agosto de 2011, que renova a permissão outorgada à Rádio Onda Verde FM de Aimorés Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Aimorés, Estado de Minas Gerais". RELATORA: Deputada MARGARIDA SALOMÃO. PARECER: pela aprovação. **RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO. 54 - TVR Nº 733/13** - do Poder Executivo - (MSC 147/2013) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 403, de 12 de setembro de 2011, que renova a permissão outorgada à



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Rádio Paraguaçu Paulista FM Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Paraguaçu Paulista, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado JORGE TADEU MUDALEN. PARECER: pela aprovação. **RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO. 55 - TVR Nº 735/13** - do Poder Executivo - (MSC 147/2013) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 405, de 12 de setembro de 2011, que renova a permissão outorgada a Sociedade Rádio Alvorada Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado BETO MANSUR. PARECER: pela aprovação. **RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO. 56 - TVR Nº 737/13** - do Poder Executivo - (MSC 147/2013) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 408, de 12 de setembro de 2011, que renova a permissão outorgada à Rádio Atlântida FM de Caxias do Sul Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul". RELATOR: Deputado EVANDRO MILHOMEN. PARECER: pela aprovação. **RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO. 57 - TVR Nº 739/13** - do Poder Executivo - (MSC 147/2013) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 411, de 12 de setembro de 2011, que renova a permissão outorgada à Rádio Vizinhança FM Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Dois Vizinhos, Estado do Paraná". RELATOR: Deputado SANDRO ALEX. PARECER: pela aprovação. **RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO. 58 - TVR Nº 740/13** - do Poder Executivo - (MSC 147/2013) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 412, de 12 de setembro de 2011, que renova a permissão outorgada a DBC Comunicações S/C Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Ibaté, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado SALVADOR ZIMBALDI. PARECER: pela aprovação. **RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO. 59 - TVR Nº 745/13** - do Poder Executivo - (MSC 147/2013) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 436, de 13 de outubro de 2011, que renova a permissão outorgada à Rádio Divinópolis Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Divinópolis, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado JORGE TADEU MUDALEN. PARECER: pela aprovação. **RETIRADO DE PAUTA, DE**



CÂMARA DOS DEPUTADOS

OFÍCIO. 60 - TVR Nº 757/13 - do Poder Executivo - (MSC 147/2013) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 482, de 28 de outubro de 2011, que renova a permissão outorgada à Rádio FM 90 Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Salto, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado BETO MANSUR. PARECER: pela aprovação. **RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO. 61 - TVR Nº 759/13** - do Poder Executivo - (MSC 148/2013) - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 597, de 18 de agosto de 2009, que outorga permissão à Rádio FM Serrote Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Hidrolândia, Estado do Ceará". RELATOR: Deputado ARIOSTO HOLANDA. PARECER: pela aprovação. **RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO. TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA - Emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentária - PLDO 2014 (PL 02/2013)**. Foram distribuídas aos parlamentares cópias das sugestões de Emendas. O Deputado Ariosto Holanda fez um breve comentário sobre as sugestões apresentadas. Usaram da palavra os Deputados Antonio Imbassahy, Luciana Santos e Arolde de Oliveira. Em votação, as emendas foram aprovadas. **62 - SUGESTÃO DE EMENDA AO PLDO 2014 (PL nº 2, de 2013) - COMISSÕES Nº 1/13** - da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática - que "inclui no Anexo de Metas e Prioridades a Ação 20V6- Fomento a Pesquisa e Desenvolvimento Voltados à Inovação e ao Processo Produtivo: Meta: 131 (unidade)". **APROVADA. 63 - SUGESTÃO DE EMENDA AO PLDO 2014 (PL nº 2, de 2013)- COMISSÕES Nº 2/13** - da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática - que "inclui no Anexo de Metas e Prioridades a Ação 20US - Fomento a Pesquisa Voltada para a Geração de Conhecimento, Novas Tecnologias, Produtos e Processos Inovadores. Meta: 5.909 (unidade)". **APROVADA. 64 - SUGESTÃO DE EMENDA AO PLDO 2014 (PL nº 2, de 2013) - COMISSÕES Nº 3/13** - da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática - que "inclui no Anexo de Metas e Prioridades Ação NOVA - Missão Antártica. Meta: 1 (unidade)". **APROVADA. 65 - SUGESTÃO DE EMENDA AO PLDO 2014 (PL nº 2, de 2013) - COMISSÕES Nº 4/13** - da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática - que "inclui no Anexo de Metas e Prioridades a Ação 4655 - Operação e Desenvolvimento da Internet na Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP - OS. Meta: 20 (unidade)". **APROVADA. 66 - SUGESTÃO DE EMENDA AO PLDO 2014 (PL nº 2, de 2013) - COMISSÕES Nº 5/13** - da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática - que "inclui no Anexo de Metas e Prioridades



CÂMARA DOS DEPUTADOS

a Ação 20UQ - Apoio a Extensão Tecnológica para Inclusão Social e Desenvolvimento Sustentável. Meta: 99 (unidade)". **APROVADA.** 67 - **SUGESTÃO DE EMENDA AO PLDO 2014 (PL nº 2, de 2013) - COMISSÕES Nº 6/13** - da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática - que "inclui o seguinte texto após o item 61 constante do Anexo III: 'II) Despesas que não serão objeto de limitação de empenho, nos termos do artigo 9º, § 2º da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000: 1. Ações vinculadas à função Ciência e Tecnologia, excetuadas as subfunções Planejamento e Orçamento, Administração Geral, Normatização e Fiscalização, Comunicação Social, Defesa Civil e Atenção Básica". **APROVADA.** Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou os trabalhos às treze horas e quarenta e seis minutos. E, para constar, eu pluene, Myriam Gonçalves Teixeira de Oliveira, lavrei a presente Ata, que por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Presidente em exercício, Deputado Jorge Bittar [assinatura], e publicada no Diário da Câmara dos Deputados.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0002/2013 - LDO

Data: 14/08/2013

Hora: 16:30

Página: 1 de 1

RECIBO DE ENTREGA DE EMENDAS À LDO

EMENDA DE META

NÚMERO EMENDA	CÓDIGO AÇÃO	DESCRIÇÃO AÇÃO	QUANTIDADE META
1	20KH	Ações Integradas de Cultura e Educação	3
2	20ZF	Promoção e Fomento à Cultura Brasileira	3.665
3	14U2	Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais	939
4	20ZH	Preservação de Bens e Acervos Culturais	683.419
5	2E62	Fomento a Projetos de Cultura Urbana e Cidade Criativa	5

EMENDA AO TEXTO

NÚMERO EMENDA	REFERÊNCIA	TIPO EMENDA
6	Artigo 51 Parágrafo 1 Inciso II	Aditiva
7	Artigo 51 Parágrafo 1 Inciso II	Aditiva
8	Artigo 18 Inciso XIII	Modificativa
9	Artigo 59	Aditiva
10	Item 61	Aditiva
11	Artigo 87 Inciso IV	Aditiva

Emendas Meta	5
Emendas Cancelamento	0
Emendas Texto	6
Total	11

AUTOR DA EMENDA

5004 - Comissão de Cultura - CCULT

Autor: _____

Chave de Segurança: 50810

Credenciado: _____

Lote: 6469

[Assinatura]
[Assinatura] p. 4365



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CULTURA
54ª Legislatura - 3ª Sessão Legislativa Ordinária

ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 14 DE AGOSTO DE 2013.

Às quinze horas e dez minutos do dia quatorze de agosto de dois mil e treze, reuniu-se a Comissão de Cultura, no Anexo II, Plenário 10 da Câmara dos Deputados. Jandira Feghali - Presidente; Nilmário Miranda, Evandro Milhomen e Jose Stédile - Vice-Presidentes; Jean Wyllys, Paulo Ferreira, Pinto Itamaraty e Professor Sérgio de Oliveira - Titulares; Carmen Zanotto, Edinho Araújo, Eduardo Barbosa, Fátima Bezerra, Luciana Santos, Penna, Professora Dorinha Seabra Rezende, Waldenor Pereira e Zezéu Ribeiro - Suplentes. Compareceu também o Deputado Lourival Mendes, como não-membro. Deixaram de comparecer os Deputados Acelino Popó, Angelo Vanhoni, Domingos Sávio, Dr. Paulo César, Gabriel Chalita, Marcelo Almeida, Onyx Lorenzoni, Paulo Rubem Santiago, Pedro Guerra, Raul Henry. Justificou a ausência o Deputado Stepan Nercessian. **ABERTURA:** Havendo número regimental, a senhora Presidenta declarou abertos os trabalhos e colocou à apreciação a Ata da 20ª reunião, realizada no dia 07 de agosto de 2013. Em votação, a Ata foi aprovada. **EXPEDIENTE: ORDEM DO DIA: A - Emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014 (PL nº 2/2013-CN):** Discussão e votação das Sugestões de Emendas à LDO - SLD apresentadas na Comissão, para definição das Emendas a serem apresentadas pela Comissão de Cultura ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014 (PL nº 2/2013-CN). A Presidenta comunicou ao Plenário que foram apresentadas 07 (sete) Sugestões de Emendas à Meta - LDO e fez a leitura das respectivas proposições: **SUGESTÃO DE EMENDA Nº 1 /13:** Ementa: Ações Integradas de Cultura e Educação - Tipo da Emenda: Inclusão - Ação: Ações Integradas de Cultura e Educação - Acréscimo de Meta: 3; **SUGESTÃO DE EMENDA Nº 2 /13:** Ementa: Espaços Culturais - Tipo da Emenda: Inclusão - Ação: Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais - Acréscimo de Meta: 939; **SUGESTÃO DE EMENDA Nº 3/13:** Ementa: Inclusão de Meta/Cultura/Pontos - Tipo da Emenda: Inclusão - Ação: Promoção de Fomento à Cultura Brasileira - Acréscimo de Meta: 3.665; **SUGESTÃO DE EMENDA Nº 4/13:** Ementa: Inclusão de Meta/Programa Cultura/Cidade Criativa - Tipo da Emenda: Inclusão - Ação: Fomenta a Projetos de Cultura Urbana e Cidade Criativa, com ênfase nas áreas de Arquitetura, Design e Moda - Acréscimo de Meta: 5; **SUGESTÃO DE EMENDA Nº 5/13:** Ementa: Patrimônio Cultural - Tipo da Emenda: Inclusão - Ação: Preservação de Bens e Acervos Culturais - Acréscimo de Meta: 683.419; **SUGESTÃO DE EMENDA Nº 6/13:** Ementa: Preservação do Patrimônio Cultural / Projeto e Obra de Preservação Cultural de Cidades Históricas - Tipo da Emenda: Inclusão - Ação: Preservação do Patrimônio Cultural das Cidades Históricas - Acréscimo de Meta: 85; **SUGESTÃO DE EMENDA Nº 7/13:** Ementa: Promoção e Fomento à Cultura Brasileira / Cadeia Produtiva do Carnaval - Tipo da Emenda: Inclusão - Ação: Promoção e Fomento à Cultura Brasileira - Acréscimo de Meta: 3.665. Aberta a discussão, manifestaram-se os Deputados Jean Wyllys, Professora Dorinha Seabra Rezende,

Evandro Milhomen e Luciana Santos. Submetidas à votação, foram aprovadas as seguintes **EMENDAS DE META: EMENDA Nº 1 /13:** Ementa: Ações Integradas de Cultura e Educação - Ação: Ações Integradas de Cultura e Educação - Acréscimo de Meta: 3; **EMENDA Nº 2/13:** Ementa: Cultura/Pontos, Cadeia Produtiva do Carnaval, Livro e Leitura e Cultura Afro-Brasileira - Ação: Promoção de Fomento à Cultura Brasileira - Acréscimo de Meta: 3.665; **EMENDA Nº 3 /13:** Ementa: Espaços Culturais - Ação: Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais - Acréscimo de Meta: 939; **EMENDA Nº 4/13:** Ementa: Patrimônio Cultural - Ação: Preservação de Bens e Acervos Culturais - Acréscimo de Meta: 683.419; **EMENDA Nº 5/13:** Ementa: Inclusão de Meta/Programa Cultura Cidade Criativa - Ação: Fomento a Projetos de Cultura Urbana e Cidade Criativa - Acréscimo de Meta: 5. A Presidenta comunicou o recebimento de 06 (seis) Sugestões de Emendas ao Texto e fez a leitura das respectivas proposições: **SUGESTÃO DE EMENDA AO TEXTO Nº 1/13:** Tipo: Aditiva – Referência: Artigo 51, parágrafo 1, Inciso II; **SUGESTÃO DE EMENDA AO TEXTO Nº 2/13:** Tipo: Aditiva – Referência: Artigo 51, parágrafo 1, Inciso II; **SUGESTÃO DE EMENDA AO TEXTO Nº 3/13:** Tipo: Modificativa – Referência: Artigo 18, Inciso XIII; **SUGESTÃO DE EMENDA AO TEXTO Nº 4/13:** Tipo: Aditiva – Referência: Artigo 59; **SUGESTÃO DE EMENDA AO TEXTO Nº 5/13:** Tipo: Aditiva – Referência: Item 61; **SUGESTÃO DE EMENDA AO TEXTO Nº 6/13:** Tipo: Aditiva – Referência: Artigo 87, Inciso IV. Não havendo membros inscritos para discussão, a Presidenta submeteu as proposições à votação, sendo aprovadas unanimemente as seguintes **EMENDAS AO TEXTO: EMENDA 6/13:** Tipo: Aditiva – Referência: Artigo 51, parágrafo 1, Inciso II; **EMENDA Nº 7/13:** Tipo: Aditiva – Referência: Artigo 51, parágrafo 1, Inciso II; **EMENDA Nº 8/13:** Tipo: Modificativa – Referência: Artigo 18, Inciso XIII; **EMENDA Nº 9/13:** Tipo: Aditiva – Referência: Artigo 59; **EMENDA Nº 10/13:** Tipo: Aditiva – Referência: Item 61; **EMENDA AO TEXTO Nº 11/13:** Tipo: Aditiva – Referência: Artigo 87, Inciso IV. **B - Requerimentos: 1 - REQUERIMENTO Nº 40/13 -** do Sr. Jean Wyllys - que "requer a realização de Audiência Pública para debater e dialogar com a sociedade civil organizada, institutos de pesquisa, órgãos de defesa dos direitos humanos, Ministério Público do Trabalho e agências do sistema ONU, sobre o panorama e estratégias para a eliminação da discriminação contra pessoas que vivem com HIV e a homolebotransfobia no local de trabalho". **APROVADO UNANIMEMENTE O REQUERIMENTO. 2 - REQUERIMENTO Nº 41/13 -** do Sr. Nilmário Miranda - que "Requer a realização de Seminário em Homenagem aos 10 Anos do Jornal Brasil de Fato". **APROVADO UNANIMEMENTE O REQUERIMENTO. B - Proposições Sujeitas à Apreciação Conclusiva pelas Comissões: TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA 3 - PROJETO DE LEI Nº 4.047/01 -** do Sr. Givaldo Carimbão - que "altera o art. 16 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, para definir os horários de veiculação e a duração dos programas educativos". **EXPLICACAO DA EMENTA:** Obriga as emissoras a transmitirem 30 (trinta) minutos de programas educacionais no horário compreendido entre os desenhos e as vinte e uma horas, no caso da televisão, e entre vinte e uma e vinte e três horas, no caso da rádio. **RELATORA:** Deputada PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE. **PARECER:** pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.047/01, da Emenda 1/2011 apresentada na Comissão de Educação e Cultura e da Emenda 1/2013 apresentada na Comissão de Cultura, com substitutivo. **NÃO DELIBERADO. 4 - PROJETO DE LEI Nº 4.124/08 -** do Sr. Chico Alencar - que "define o funk como forma de manifestação cultural e dá outras providências". **RELATOR:** Deputado JEAN WYLLYS. **PARECER:** pela aprovação. **RETIRADO DE PAUTA A PEDIDO DO RELATOR. 5 - PROJETO DE LEI Nº 6.060/09 -** do Sr. Vicentinho - que "estabelece mecanismos de incentivo para a produção, publicação e distribuição de revista em

[illegible]



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0002/2013 - LDO

Data: 14/08/2013

Hora: 17:10

Página: 1 de 1

RECIBO DE ENTREGA DE EMENDAS À LDO

EMENDA DE META

NÚMERO EMENDA	CÓDIGO AÇÃO	DESCRIÇÃO AÇÃO	QUANTIDADE META
1	20J7	Apoio à Geração de Produtos, Serviços e Processos Inovadores.	3.000
2	8919	Apoio ao Desenvolvimento da Indústria de Biotecnologia e de Nanotecnologia.	60
3	6514	Estruturação Produtiva do Artesanato Brasileiro	300
4	NOVA	Estudo para Implantação do Complexo da Indústria da Construção Náutica, Fluvial e Naval	5
5	210C	Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas	15.000

Emendas Meta	5
Emendas Cancelamento	0
Emendas Texto	0
Total	5

AUTOR DA EMENDA

5015 - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio - CDEIC

Autor:

Credenciado:

Chave de Segurança: 22017

Lote: 6477

4727



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

54ª Legislatura - 3ª Sessão Legislativa Ordinária

ATA DA 25ª REUNIÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA

Realizada em 14 de agosto de 2013.

Às onze horas e três minutos do dia quatorze de agosto de dois mil e treze, reuniu-se a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, no Anexo II, Plenário 5 da Câmara dos Deputados. Estiveram presentes os Deputados Ângelo Agnolin - Presidente; Marcelo Matos - Vice-Presidente; Edson Pimenta, José Augusto Maia, Luis Tibé, Miguel Corrêa, Renan Filho, Renato Molling, Renzo Braz, Ronaldo Zulke, Rosinha da Adefal, Valdivino de Oliveira e Walter Tosta - Titulares; Carlos Brandão, Guilherme Campos, Jânio Natal, Mandetta, Marco Tebaldi, Mário Feitoza, Osmar Terra e Otavio Leite - Suplentes. Compareceu também o Deputado Armando Vergílio, como não-membro. Deixaram de comparecer os Deputados Antonio Balhmann, Carlos Roberto, João Maia, Sueli Vidigal e Vinicius Gurgel.

ABERTURA: Havendo número regimental, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e colocou em apreciação as Atas da vigésima terceira reunião ordinária deliberativa e da vigésima quarta reunião ordinária de Audiência Pública, realizadas nos dias sete e treze de agosto de dois mil e treze, respectivamente. Por solicitação do Deputado Valdivino de Oliveira, as leituras das Atas foram dispensadas. Não havendo quem quisesse discuti-las ou a elas propor alterações, e submetidas à votação, as Atas foram **aprovadas**.

ORDEM DO DIA: 1 - Discussão e votação das emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2014: EMENDA DA COMISSÃO Nº 1 AO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014 - PLN Nº 02/2013 - Ementa “Apoio à Geração de Produtos, Serviços e Processos”. Programa “2055 Desenvolvimento Produtivo” – Ação “20J7 Apoio à Geração de Produtos, Serviços e Processos Inovadores” – Produto (unidade de medida) “Empresa Atendida” – Acréscimo de Meta “3.000”. **EMENDA DA COMISSÃO Nº 2 AO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014 - PLN Nº 02/2013** – Ementa “Apoio ao Desenvolvimento da Indústria de Biotecnologia e de Nanotecnologia” – Programa “2055 Desenvolvimento Produtivo” – Ação “8919 Apoio ao Desenvolvimento da Indústria de Biotecnologia e de Nanotecnologia” – Produto (unidade de medida) “Iniciativa Implementada” – Acréscimo de Meta “60”. **EMENDA DA COMISSÃO Nº 3 AO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014 - PLN Nº 02/2013** – Ementa “Estrutura Produtiva do Artesanato Brasileiro” – Programa “2047 Micro e Pequenas Empresas” – Ação “6514 Estruturação Produtiva do Artesanato Brasileiro” – Produto (unidade de medida) “Projeto Apoiado” - Acréscimo de meta “300”. **EMENDA DA COMISSÃO Nº 4 AO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014 - PLN Nº**



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

02/2013 – Ementa “Estudo para Implementação do Complexo da Indústria da Construção Náutica, Fluvial e Naval” – Programa “2055 Desenvolvimento Produtivo” Ação – NOVA- “Estudo para Implementação do Complexo da Indústria da Construção Náutica, Fluvial e Naval” - Produto (unidade de medida) “Estudo Realizado” – Acréscimo de meta “5”. **EMENDA DA COMISSÃO Nº 5 AO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014 - PLN Nº**

02/2013 – Ementa “Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas” – Programa “ 2047 Micro e Pequenas Empresas” – Ação “ 210C Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas” – Produto (unidade de medida) “Empresa Apoiada” – Acréscimo de meta “15.000.” Submetidas à votação, as emendas foram **aprovadas. 2 - PROJETO DE LEI Nº 3.007/11** (item 11 da pauta) - do Sr. Aguinaldo Ribeiro - que "obriga as pessoas jurídicas inscritas no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ/M.F - à contratação de seguro de vida para seus empregados". RELATOR: Deputado Vinicius Gurgel. PARECER: pela rejeição. **Retirado de pauta a requerimento do Deputado Guilherme Campos. 3 - PROJETO DE LEI Nº 6.792/06** (item 12 da pauta) - do Sr. Celso Russomanno - que "altera o caput e o inciso II do art. 22 da Lei nº 9.492, de 1997, dispondo sobre informações exigidas para registro, intimação e emissão do instrumento de protesto". (Apensados: PL 7445/2006, PL 450/2007 (Apensados: PL 900/2007 (Apensados: PL 5330/2009 e PL 4555/2012) e PL 3213/2008), PL 4188/2008, PL 4807/2009 (Apensado: PL 631/2011) e PL 3148/2012) RELATOR: Deputado DR. Ubiali. PARECER: pela aprovação deste, da Emenda 1/2006 da CDEIC, da Emenda 2/2011 da CDEIC, da Emenda 1/2007 ao PL 7445/2006 da CDEIC, da Emenda 2/2007 ao PL 7445/2006 da CDEIC, da Emenda 3/2007 ao PL 7445/2006 da CDEIC, da Emenda 4/2007 ao PL 7445/2006 da CDEIC, da Emenda 1/2012 ao PL 3148/2012 da CCJC, da Emenda 2/2012 ao PL 3148/2012 da CCJC, do PL 7445/2006, do PL 450/2007, do PL 4188/2008, do PL 3148/2012, do PL 3213/2008, do PL 5330/2009, e do PL 631/2011, apensados, com substitutivo, e pela rejeição da Emenda 1 ao Substitutivo 1 da CDEIC, da Emenda 2 ao Substitutivo 1 da CDEIC, da Emenda 3 ao Substitutivo 1 da CDEIC, do PL 4807/2009, do PL 900/2007, e do PL 4555/2012, apensados. O Deputado Guilherme Campos apresentou voto em separado em 15/07/2013. **Retirado de pauta a requerimento do Deputado Jânio Natal. 4 - PROJETO DE LEI Nº 4.911/09** (item 14 da pauta) - do Sr. Nelson Bornier - que "torna obrigatória a postagem com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data do vencimento, dos boletos bancários, documentos de cobrança ou similares por parte das empresas dos setores públicos e privados para clientes e dá outras providências". (Apensados: PL 7140/2010, PL 7281/2010, PL 110/2011 (Apensado: PL 713/2011 (Apensados: PL 1283/2011 e PL 5990/2013)), PL



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

1586/2011 (Apensado: PL 5891/2013), PL 2445/2011 (Apensados: PL 2778/2011, PL 3776/2012, PL 4344/2012 e PL 4696/2012) e PL 4486/2012). Explicação da ementa: Desobriga o consumidor do pagamento de multas ou encargos caso o recebimento da cobrança seja feito em prazo inferior ao estipulado. RELATOR: Deputado Marcelo Matos. PARECER: pela aprovação deste, e pela rejeição da Emenda 1/2009 da CDEIC, da Emenda 1/2012 ao PL 1586/2011 da CDEIC, do PL 7140/2010, do PL 7281/2010, do PL 110/2011, do PL 1586/2011, do PL 2445/2011, do PL 4486/2012, do PL 713/2011, do PL 1283/2011, do PL 5891/2013, do PL 2778/2011, do PL 3776/2012, do PL 4344/2012, e do PL 4696/2012, apensados. O Deputado Guilherme Campos apresentou voto em separado em 25/11/2009. **Retirado de pauta pelo relator e pelos Deputados Guilherme Campos e Luís Tibé.**

5 - PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 243/13 (item 4 da pauta) - do Sr. Armando Vergílio - que "dá nova redação ao art. 20 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados e regula as operações de seguros e resseguros, e dá outras providências". Explicação da ementa: Institui um seguro obrigatório de responsabilidade civil das empresas, proprietários, promotores ou organizadores de eventos artísticos, recreativos, culturais, esportivos e similares. RELATOR: Deputado Edson Pimenta. PARECER: pela aprovação. Vista conjunta aos Deputados Dr. Ubiali e João Maia, em 12/06/2013. Não havendo quem quisesse discuti-lo e submetido à votação, o parecer foi **aprovado por unanimidade.**

6 - REQUERIMENTO Nº 119/13 (item 1 da pauta) - do Srs. Carlos Roberto, Otávio Leite e Carlos Sampaio - que "requer seja convocado o Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Sr. Fernando Pimentel, para prestar esclarecimentos sobre as causas e consequências da progressiva deterioração dos resultados da balança comercial brasileira". Discutiram a matéria os Deputados Valdivino de Oliveira (PSDB-GO), Miguel Corrêa (PT-MG), Jânio Natal (PRP-BA), Ângelo Agnolin (PDT-TO) e Otavio Leite (PSDB-RJ). **Aprovado, na forma de convite, com a sugestão de realização da reunião nos dias 4 ou 11 de setembro de 2013.**

7 - REQUERIMENTO Nº 121/13 (item 2 da pauta) - do Sr. Guilherme Campos - que "requer a realização de audiência pública com entidades que nomeia, com a finalidade de discutir a gestão do Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços (SISCOSERV) e as Portarias Conjuntas RFB/SCS 1.908 e 232, bem como as Instruções Normativas RFB 1.277 e 1336". Não havendo quem quisesse discuti-lo e submetido à votação, o requerimento foi **aprovado.**

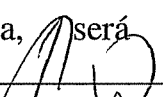
8 - PROJETO DE LEI Nº 1.042/11 (item 10 da pauta) - do Sr. Dr. Ubiali - que "obriga as montadoras de veículos a oferecer modelos já adaptados à compradores portadores de deficiência com isenção de IPI, conforme a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995". RELATOR: Deputado Walter Tosta. PARECER: pela aprovação, com substitutivo.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Vista concedida ao Deputado Miguel Corrêa. 9 - PROJETO DE LEI Nº 3.062/11 (item 5 da pauta) - da Comissão de Seguridade Social e Família - que "altera a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, para atualizar os valores das taxas cobradas para avaliação e reavaliação toxicológica para registro de produtos". RELATOR: Deputado Sebastião Bala Rocha. PARECER: pela aprovação, com substitutivo. **Retirado de pauta, de ofício. 10 - PROJETO DE LEI Nº 4.773/12** (item 13 da pauta) - do Sr. Thiago Peixoto - que "acrescenta os parágrafos 3º e 4º ao art. da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que "dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências", para permitir o preenchimento de cotas específicas para pessoas com deficiência com o fornecimento de bolsas de estudo". RELATORA: Deputada Rosinha da Adefal. PARECER: pela rejeição. **Vista concedida ao Deputado Walter Tosta. 11 - PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 255/13** (item 6 da pauta) - do Sr. Ricardo Izar - que "acrescenta dispositivos à Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, e a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, para dispor sobre a base de tributação do "salão-parceiro" e do "profissional-parceiro"". RELATOR: Deputado Marcelo Matos. PARECER: pela aprovação. Não havendo quem quisesse discuti-lo e submetido à votação, o parecer foi **aprovado por unanimidade. 12 - PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 270/13** (item 7 da pauta) - do Sr. Carlos Bezerra - que "altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006". Explicação da ementa: Visa assegurar que os órgãos públicos federais, estaduais e municipais deem preferência às pequenas empresas em suas aquisições de bens e serviços, independentemente da edição de novas leis sobre o assunto. RELATOR: Deputado Júlio Delgado. PARECER: pela aprovação. **Retirado de pauta, de ofício. 13 - PROJETO DE LEI Nº 2.710/11** (item 8 da pauta) - do Senado Federal - Gim Argello - (PLS 185/2010) - que "dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Cristalina, no Estado de Goiás". RELATOR: Deputado Valdivino de Oliveira. PARECER: pela aprovação. Não havendo quem quisesse discuti-lo e submetido à votação, o parecer foi **aprovado por unanimidade. 14 - PROJETO DE LEI Nº 2.434/11** (item 9 da pauta) - do Sr. Paulo Foletto - que "altera a Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, para obrigar as empresas incluídas no Programa Nacional de Desestatização a aplicar cinco por cento do seu lucro tributável nas microrregiões em que atuam". RELATOR: Deputado Renan Filho. PARECER: pela aprovação. **Retirado de pauta pelo relator. 15 - PROJETO DE LEI Nº 2.830/11** (item 15 da pauta) - do Sr. Alceu Moreira - que "dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Jaguarão, no Estado do Rio Grande do Sul". RELATOR: Deputado Valdivino de Oliveira. PARECER: pela aprovação. Não havendo quem quisesse discuti-lo e submetido à votação, o parecer foi **aprovado por unanimidade. 16 - PROJETO DE**



LEI Nº 4.550/12 (item 16 da pauta) - do Sr. Heuler Cruvinel - que "dispõe sobre a garantia contratual de veículo automotor". RELATOR: Deputado Marco Tebaldi. PARECER: pela aprovação. Discutiram a matéria os Deputados Valdivino de Oliveira (PSDB-GO), Ronaldo Zulke (PT-RS) e Marco Tebaldi (PSDB-SC). **Vista concedida ao Deputado Valdivino de Oliveira. 17 - PROJETO DE LEI Nº 5.746/05** (item 3 da pauta) - do Senado Federal - Marcelo Crivella - (PLS 19/2003) - que "altera o art. 198 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que dispõe sobre o peso máximo que um trabalhador pode remover individualmente". (Apensados: PL 6130/2005, PL 296/2007 e PL 4715/2012). Explicação da ementa: Reduzindo para 30 (trinta) quilogramas o peso máximo que um trabalhador pode remover. RELATOR: Deputado Antonio Balhmann. PARECER: pela aprovação deste, e pela rejeição do PL 6130/2005, do PL 296/2007, e do PL 4715/2012, apensados. Vista ao Deputado Valdivino de Oliveira, em 10/07/2013. Os Deputados Guilherme Campos e Valdivino de Oliveira apresentaram Votos em Separado. **Retirado de pauta, de ofício.** O Deputado Ângelo Agnolin, colocou em apreciação a Ata da presente reunião, em razão da discussão e votação das emendas à Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO 2014. Por solicitação do Deputado Valdivino de Oliveira, a leitura da Ata foi dispensada. Não havendo quem quisesse discuti-la ou a ela propor alterações, a Ata foi **aprovada**. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente, Deputado Angelo Agnolin, encerrou a reunião às doze horas e oito minutos, antes convocando os senhores membros para a reunião de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP), destinada a discutir o tema "Cartões de Benefícios no País", matéria objeto dos Requerimentos nº 116/2013 da CDEIC e nº 259/2013 da CTASP, a ser realizada no dia vinte de agosto, próxima terça-feira, às quatorze horas, no Plenário nº 5 da Câmara dos Deputados. E, para constar, eu , Anamélia Lima Rocha Fernandes, lavrei a presente Ata, que por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Ângelo Agnolin , e publicada no Diário da Câmara dos Deputados. O inteiro teor encontra-se gravado e passa a integrar seu arquivo documental.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0002/2013 - LDO

Data: 14/08/2013

Hora: 17:36

Página: 1 de 1

RECIBO DE ENTREGA DE EMENDAS À LDO

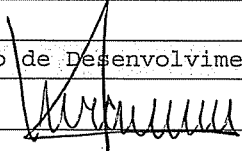
EMENDA DE META

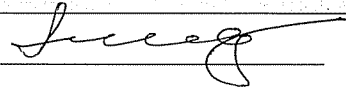
NÚMERO EMENDA	CÓDIGO AÇÃO	DESCRIÇÃO AÇÃO	QUANTIDADE META
1	8865	Apoio ao Planejamento e Execução de Obras de Contenção de Encostas em Áreas Urbanas	100
2	1D73	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano	1.000
3	10SS	Apoio a Projetos de Sistemas de Transporte Coletivo Urbano	20

Emendas Meta	3
Emendas Cancelamento	0
Emendas Texto	0
Total	3

AUTOR DA EMENDA

5023 - Comissão de Desenvolvimento Urbano - CDU

Autor: 

Credenciado: 

Chave de Segurança: 52738

Lote: 6484



COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO
54ª Legislatura - 1ª Sessão Legislativa Ordinária

ATA DA 17ª REUNIÃO (ORDINÁRIA)
REALIZADA EM 14 DE AGOSTO DE 2013.

Às dez horas e vinte e cinco minutos do dia quatorze de agosto de dois mil e treze, reuniu-se a Comissão de Desenvolvimento Urbano no Plenário 3 do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a presidência do Deputado Walney Rocha – Vice-Presidente; com a presença dos Deputados Alberto Filho, Eurico Junior, Fernando Lopes, Flaviano Melo, José Nunes, Mauro Mariani, Nilmar Ruiz, Paulo Foletto, Roberto Britto, Rubens Otoni e Weverton Rocha – Titulares; Celso Maldaner, Edinho Araújo, Heuler Cruvinel, José Chaves, Luciana Santos e Rosane Ferreira – Suplentes. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o Presidente declarou abertos os trabalhos e colocou em apreciação a ata da 16ª reunião ordinária deliberativa realizada no dia 7 de agosto do corrente. O Deputado Alberto Filho solicitou a dispensa da leitura da Ata. Em votação, a Ata foi aprovada unanimemente. Após, o Presidente convidou para sentarem à Mesa os Senhores Hélio Martins Tollini e Marcelo de Resende Macedo, consultores de orçamento e fiscalização financeira da Câmara dos Deputados para que pudessem prestar esclarecimentos sobre as emendas ao **PROJETO DE LEI Nº 2/2013-CN – Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2014** a serem apresentadas pela Comissão. **ORDEM DO DIA** - Foram apresentadas as seguintes **SUGESTÕES DE EMENDAS AO ANEXO DE METAS E PRIORIDADES DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO 2014 – PL Nº 2/2013-CN:** **1 - SUGESTÃO DE EMENDA À LDO 2014** - da Sra. Luciana Santos. **Programa - 2040. Gestão de Riscos e Resposta a Desastres. Ação 8865. Quantidade de Meta – 100.** O Presidente passou a palavra à Deputada Luciana Santos que teceu considerações sobre a sua emenda. Em votação, a sugestão de emenda foi aprovada unanimemente. **2 - SUGESTÃO DE EMENDA À LDO 2014** – do Sr. Edinho Araújo. **Programa – 2054. Planejamento Urbano. Ação 1D73. Quantidade de Meta – 1.000.** O Presidente passou a palavra ao consultor Sr. Hélio Martins Tollini para que pudesse prestar esclarecimentos aos parlamentares presentes acerca dessa sugestão de emenda. Em votação, a sugestão de emenda foi aprovada unanimemente. **3 – SUGESTÃO DE EMENDA À LDO 2014** – do Sr. Walney Rocha – **Programa 2048. Mobilidade Urbana e Trânsito. Ação – 10SS. Quantidade de Meta – 20.** Em votação, a sugestão de emenda foi aprovada unanimemente. O Presidente suspendeu os trabalhos por cinco minutos para a elaboração desta Ata. Reabertos os trabalhos e submetida à votação, foi aprovada a ata unanimemente. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos às onze horas e quarenta e sete minutos, antes convocando os membros para reunião extraordinária deliberativa, em seguida a esta, neste mesmo plenário. E, para constar, eu, Iracema Marques _____, Secretária, lavrei a presente Ata, que por ter sido lida e aprovada _____, será assinada pelo Deputado Walney Rocha _____, Presidente em exercício, e encaminhada à publicação no Diário da Câmara dos Deputados. x – x – x – x – x – x – x – x – x – x



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0002/2013 - LDO

Data: 13/08/2013

Hora: 19:21

Página: 1 de 1

RECIBO DE ENTREGA DE EMENDAS À LDO

EMENDA AO TEXTO

NÚMERO EMENDA	REFERÊNCIA	TIPO EMENDA
1	Artigo 83 Parágrafo 1	Modificativa
2	Artigo 23	Modificativa
3	Artigo 51	Modificativa
4	Artigo 86	Modificativa
5	Artigo 38 Parágrafo 1 Inciso I	Modificativa
6	Artigo 40	Aditiva
7	Artigo 110	Aditiva
8	Artigo 51 Parágrafo 12	Supressiva
9	Artigo 40 Parágrafo 3 Inciso III	Supressiva

Emendas Meta	0
Emendas Cancelamento	0
Emendas Texto	9
Total	9

AUTOR DA EMENDA

5025 - Comissão Diretora da Câmara dos Deputados

Autor: X

Credenciado:

UM - 5422

Chave de Segurança: 98427

Lote: 6398



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Terceira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Quarta Legislatura

Ata da terceira reunião ordinária da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, realizada em 17 de abril de 2013

Aos dezessete dias do mês de abril de dois mil e treze, às onze horas e quarenta minutos, na Sala de Reuniões, reuniu-se a Mesa Diretora, sob a presidência do Senhor Deputado Henrique Eduardo Alves, Presidente. Presentes os Senhores Deputados André Vargas, Primeiro-Vice-Presidente; Fábio Faria, Segundo-Vice-Presidente; Márcio Bittar, Primeiro-Secretário; Simão Sessim, Segundo-Secretário; Maurício Quintella Lessa, Terceiro-Secretário; Biffi, Quarto-Secretário; e Cláudio Cajado, Procurador Parlamentar. Ausentes justificadamente os Senhores Deputados Wolney Queiroz, Segundo-Suplente de Secretário; Vitor Penido, Terceiro-Suplente de Secretário; e Takayama, Quarto-Suplente de Secretário. Havendo número legal, o Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves declarou abertos os trabalhos. I - **PAUTA DO SENHOR PRESIDENTE.** Inicialmente, o Senhor Presidente referiu-se aos **Processos n.ºs 108.548/2013 e 108.553/2013**, de interesse do Deputado João Carlos Bacelar e Lázaro Botelho, respectivamente, que requerem a imediata reassunção ao mandato parlamentar, antes de findo o prazo de suas licenças, em razão de haverem cessados os motivos pessoais que motivaram suas licenças para tratar de interesse particular. Disse que tinha distribuído a matéria para o Senhor Primeiro-Vice-Presidente, Deputado André Vargas, mas que solicitava a devolução à Presidência com vistas ao reexame da matéria, o que fora acordado. Em seguida, o Senhor Presidente comentou o **Of. 1089-2013-PrMF**, do Senhor Deputado Pastor Marco Feliciano, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, encaminhado à Presidência, solicitando providências no sentido de garantir a ordem e condições de trabalho no Plenário n. 9, nessa data. Esclarecido o propósito, a Mesa Diretora resolveu respeitar a decisão que o Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias vier a adotar a cada reunião da citada Comissão com base no inciso II do art. 41 do Regimento Interno. Prosseguindo, a Mesa Diretora ratificou, por unanimidade, os despachos exarados, *ad referendum* da Mesa Diretora, nos seguintes expedientes referentes a ato da mesa, reembolso de despesas médico-hospitalares, designação e nomeação de servidor: 1 – **Ato da Mesa:** 1.1 - **Nº 87, de 2013**, que “dispõe sobre o número de membros das Comissões Permanentes e a respectiva representação numérica das bancadas”, baixado *ad referendum* da Mesa Diretora em 28 de fevereiro de 2013; 1.2 - **Nº 88, de 2013**, que “dispõe sobre a extinção e criação de cargos no Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados”, baixado *ad referendum* da Mesa Diretora em 12 de março de 2013; 1.3 - **Nº 89, de 2013**, que “dispõe sobre o reembolso de despesas de assistência à saúde de parlamentares da Câmara dos



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputados”, baixado *ad referendum* da Mesa Diretora em 14 de março de 2013; 1.4 - **Nº 92, de 2013**, que “dispõe sobre a extinção e criação de cargos de natureza especial da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania”, baixado *ad referendum* da Mesa Diretora em 21 de março de 2013, instruído no Processo n. 108.368/2013. 2 – **Reembolso de despesas médico-hospitalares**: 2.1 - **Processo n. 107.922/2011**, de interesse do Deputado William Dib (despacho favorável à fl. 14); 2.2 - **Processo n. 109.709/2012**, de interesse do Deputado Júlio Semeghini Neto (despacho favorável à fl.14); 2.3 - **Processo n. 130.051/2012**, de interesse do Deputado Mendes Ribeiro Filho (despacho favorável do então Presidente Marco Maia à fl.36); 2.4 - **Processo n. 132.027/2012**, de interesse do Deputado Mendes Ribeiro (despacho favorável do então Presidente Marco Maia à fl. 16; 2.5 - **Processo n. 132.321/2012**, de interesse do Deputado Alfredo Sirkis (despacho favorável à fl. 23); 2.6 - **Processo n. 132.399/2012**, de interesse do Deputado Jânio Natal (despacho favorável à fl. 18); 2.7 - **Processo n. 132.720/2012**, de interesse do Deputado Arnaldo Jordy (despacho favorável à fl. 10); 2.8 - **Processo n. 132.782/2012**, de interesse da Deputada Fátima Pelaes (despacho favorável à fl. 10); 2.9 - **Processo n. 132.846/2012**, de interesse do Deputado Leonardo Vilela (despacho favorável à fl. 11); 2.10 - **Processo n.132.947/2012**, de interesse do Deputado Andre Zacharow (despacho favorável à fl. 27); 2.11 - **Processo n. 133.053/2012**, de interesse do Deputado Hugo Napoleão (despacho favorável à fl. 8); 2.12 - **Processo n. 133.648/2012**, de interesse do Deputado Paes Landim (despacho favorável à fl. 29). 3 – **Designação e nomeação de servidor**: 3.1 - **Processo n. 2.521/2013**. Despacho favorável do Presidente Henrique Eduardo Alves à fl. 3: “Em 5/3/13. Trata-se de indicação do Segundo-Secretário, Deputado Simão Sessim, no sentido de que Marcos André Santos de Vasconcelos seja nomeado para o Cargo de Natureza Especial de Assessor Técnico, CNE-07, na Segunda-Secretaria. Trata-se de matéria disciplinada pela Resolução n. 43/2006, que autoriza o Presidente da Casa a dispensar, *ad referendum* da Mesa, com base em critérios de confiança, eficiência e oportunidade, a escolaridade de nível superior, exigida em atos internos, para a designação de acesso às Funções Comissionadas de Direção e Assessoramento e, por extensão, conforme processo n. 2007/122698, aos Cargos de Natureza Especial. Dessa forma, autorizo, em caráter excepcional, *ad referendum* da Mesa, o provimento do cargo em comissão de Assessor Técnico, CNE-07, pelo referido indicado, naquela Secretaria. Encaminhe-se ao Departamento de Pessoal para providências.”; 3.2 - **Processo n. 103.615/2013**. Despacho favorável do Presidente Henrique Eduardo Alves à fl. 6: “Em 26/2/13. Trata-se de indicação do Diretor da Coordenação de Comissões Temporárias, André Corrêa de Sá Carneiro, no sentido de que o servidor Ruthier de Sousa Silva, ponto n. 5.240, exerça função comissionada de Secretário de Comissão, nível FC-03, naquele órgão. O Departamento de Pessoal esclarece que o servidor ocupa o cargo efetivo de Técnico Legislativo - atribuição Operador de Máquinas e que, embora tenha



CÂMARA DOS DEPUTADOS

concluído curso de nível superior, ainda não possui certificado de conclusão do curso de preparação e treinamento de Secretário de Comissão, ministrado pelo Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), e tampouco exerceu, por mais de 5 (cinco) anos interpolados, a função de Secretário de Comissão, exigências do Ato da Mesa n. 18/1987 e da Resolução n. 21/1992 para o provimento da referida função. No entanto, nos termos do despacho da Diretoria-Geral (fl. 5), existem precedentes administrativos de dispensa das exigências elencadas nas normas supracitadas. Além do mais, o curso de preparação e treinamento de Secretário de Comissão foi realizado pela última vez em 2001, portanto esta Casa não possui número suficiente de servidores com a qualificação exigida. Por esse motivo e acompanhando parecer favorável da Diretoria-Geral, autorizo, *ad referendum* da Mesa, o provimento do referido servidor na função de Secretário de Comissão naquela coordenação. Encaminhe-se à Diretoria-Geral para providências.”; 3.3 - **Processo n. 104.888/2013**. Despacho favorável do Presidente Henrique Eduardo Alves à fl. 3: “Em 5/3/13. Trata-se de indicação do Segundo-Secretário, Deputado Simão Sessim, no sentido de que Fernanda de Cerqueira Costa Gomes seja nomeada para o Cargo de Natureza Especial de Assessor Técnico, CNE-07, na Segunda-Secretaria. Trata-se de matéria disciplinada pela Resolução n. 43/2006, que autoriza o Presidente da Casa a dispensar, *ad referendum* da Mesa, com base em critérios de confiança, eficiência e oportunidade, a escolaridade de nível superior, exigida em atos internos, para a designação de acesso às Funções Comissionadas de Direção e Assessoramento e, por extensão, conforme processo n. 2007/122.698, aos Cargos de Natureza Especial. Dessa forma, autorizo, em caráter excepcional, *ad referendum* da Mesa, o provimento do cargo em comissão de Assessor Técnico, CNE-07, pela referida indicada, naquela Secretaria. Encaminhe-se ao Departamento de Pessoal para providências.”; 3.4 - **Processo n. 105.492/2013**. Despacho favorável do Presidente Henrique Eduardo Alves à fl. 6: “Em 7/3/13. Trata-se de indicação do Diretor do Departamento de Comissões, no sentido de que o servidor Rosenildo Figueiredo Felinto, ponto n. 5.592, exerça a função comissionada de Secretário de Comissão, FC-03, naquele órgão. O Departamento de Pessoal esclarece (fls. 2 e 3) que o servidor ocupa o cargo efetivo de Técnico Legislativo - atribuição Assistente Administrativo e que, embora tenha concluído curso de nível superior, ainda não possui certificado de conclusão do curso de preparação e treinamento de Secretário de Comissão, ministrado pelo Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), e tampouco exerceu, por mais de 5 (cinco) anos interpolados, a função de Secretário de Comissão, exigências do Ato da Mesa n. 18/1987 e da Resolução n. 21/1992 para o provimento da referida função. No entanto, nos termos do despacho da Diretoria-Geral (fl. 5), existem precedentes administrativos de dispensa das exigências elencadas nas normas supracitadas. Além disso, o curso de preparação e treinamento de Secretário de Comissão foi realizado pela última vez em 2001, portanto esta Casa não



CÂMARA DOS DEPUTADOS

possui número suficiente de servidores com a qualificação exigida. Por esse motivo e acompanhando parecer favorável da Diretoria-Geral, autorizo, *ad referendum* da Mesa, o provimento do referido servidor na função de Secretário de Comissão naquele departamento. Encaminhe-se à Diretoria-Geral para providências.”; 3.5 - **Processo n. 106.873/2013** (processo n. 107.359/2013). Despacho favorável do Presidente Henrique Eduardo Alves à fl. 4: “Em 12/3/13. Trata-se de indicação do Líder do PMDB, Deputado Eduardo Cunha, no sentido de que Claudia Helena Fernandes Campos seja nomeada para o Cargo de Natureza Especial de Assessor Técnico, CNE-07, na Liderança daquele partido. A matéria encontra-se disciplinada pela Resolução n. 43/2006, que autoriza o Presidente da Casa a dispensar, *ad referendum* da Mesa, com base em critérios de confiança, eficiência e oportunidade, a escolaridade de nível superior, exigida em atos internos, para a designação de acesso às Funções Comissionadas de Direção e Assessoramento e, por extensão, conforme processo n. 2007/122698, aos Cargos de Natureza Especial. Dessa forma, autorizo, em caráter excepcional, *ad referendum* da Mesa, o provimento do cargo em comissão de Assessor Técnico, CNE-07, pela referida indicada, naquela Liderança. Encaminhe-se ao Departamento de Pessoal para providências.”; 3.6 - **Processo n. 107.031/2013**. Despacho favorável do Presidente Henrique Eduardo Alves à fl. 8: “Em 25/3/2013. Trata-se de indicação do Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, Deputado Edinho Bez, no sentido de que o servidor Luiz Paulo Pieri, ponto n. 3.212, exerça a função comissionada de Secretário de Comissão, FC-03, no Departamento de Comissões. O Departamento de Pessoal esclarece (fls. 2 e 3) que o servidor, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo — atribuição Técnica Legislativa, embora possua graduação em nível superior, não preenche os pré-requisitos necessários para exercer tal função comissionada, ou seja, certificado de conclusão do curso de treinamento de Secretário de Comissão, expedido pela Coordenação de Seleção e Treinamento, e tampouco exerceu, por mais de 5 (cinco) anos interpolados, a referida função, conforme exigido pelo Ato da Mesa n. 18/1987. No entanto, nos termos do despacho da Diretoria-Geral (fls. 6 e 7), existem precedentes administrativos de dispensa das exigências elencadas na norma supracitada. Ademais, de acordo com informações obtidas junto ao Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento, o último curso de preparação e treinamento de Secretário de Comissão foi realizado em 2001, razão pela qual não existe número suficiente de servidores com a qualificação exigida. Pelo exposto, e acompanhando parecer favorável da Diretoria-Geral, autorizo, *ad referendum* da Mesa, o provimento do referido servidor na função de Secretário de Comissão naquele departamento. Encaminhe-se à Diretoria-Geral para providências.”; 3.7 - **Processo n. 108.531/2013**. Ato do Presidente Henrique Eduardo Alves à fl. 2: “Ato do Presidente. Renova o mandato do Secretário de Controle Interno. O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista que o mandato do Secretário de Controle Interno



CÂMARA DOS DEPUTADOS

coincide com o da Mesa, resolve renovar, por dois anos, o mandato do atual titular do cargo, Ricardo Soares de Almeida, ponto n. 4.396, de acordo com o disposto no art. 4º da Resolução n. 69, de 1994, e no art. 4º da Resolução n. 32, de 2002, *ad referendum* da Mesa, nos termos do parágrafo único do art. 15 do Regimento Interno. Brasília, 28 de fevereiro de 2013.”. **II - PAUTA DO SENHOR PRIMEIRO-VICE-PRESIDENTE.** Com a palavra, o Senhor Deputado André Vargas expôs os seguintes **Requerimentos de Informação (RICs)**, com pareceres pela rejeição: 1 – **Nºs 1626 ao 1669 e 1672 ao 1693, de 2012**, de autoria da Deputada Antônia Lúcia. Trata-se de 66 (sessenta e seis) RICs, que *solicitam informações à Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome sobre o programa Bolsa Família em diversos Municípios do Estado do Acre, requerendo nomes e endereços dos beneficiários.* O Senhor Primeiro-Vice-Presidente argumentou sobre o direito fundamental à privacidade, opinando, pela rejeição dos supracitados RICs. Posto o parecer em discussão, o Senhor Márcio Bittar, Primeiro-Secretário, disse que discordava, que no seu entendimento, acha que a Casa não pode começar, ela própria, a interpretar o que pode ser pedido de informação ou não. Que o pedido de informação do Parlamentar tem que passar quase que direto para os Ministérios, para onde for. Se o Ministério, recebendo o pedido, entender que estão sendo requisitadas certas informações que são sigilosas, que são até segredo de Estado, aí o Ministério vai enviar, de lá para cá, negando todo o embate, fundamentando e dizendo por que está negando. Considera complicadíssimo a Mesa definir que tipo de pedido de informação o Parlamentar pode ou não fazer. O Senhor Deputado André Vargas, Primeiro-Vice-Presidente, arguiu que dessa forma o Regimento Interno tem que ser alterado. A norma diz que qualquer Parlamentar pode mandar ofício, mas ele não quer fazer direto, quer o respaldo da Mesa da Câmara. Assim, o Regimento normatiza que tem de ter o parecer de admissibilidade. O Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves passou a palavra ao Secretário-Geral, Dr. Mozart Vianna de Paiva, que esclareceu que quando o Parlamentar faz um pedido de informação, pela Constituição Federal, quando a Mesa examina, sai como se fosse da Mesa Diretora. Com a palavra o Senhor Deputado Maurício Quintella Lessa, Terceiro Secretário, concordou com o Senhor Deputado Márcio Bittar, argumentando que todos esses pedidos de informação são admissíveis com base na Lei de Acesso à informação. Considera que o Ministério, ou o órgão, se quiser, negue, faça a sua exposição de motivos. E o interessado, se considerar prejudicado, entra com mandado de segurança. Mas a Mesa, nesses casos, negar o direito de o Parlamentar pedir informação, considera que não procede. Manifestou seu voto nesse sentido. O Senhor Deputado André Vargas justificou que não dá para apresentar nenhuma informação: todos os beneficiados por uma verba pública de uma região? É uma questão política. CPF, identidade, nome, endereço, dados protegidos. O Senhor Deputado Márcio Bittar comentou que nas Assembleias, quem comanda chega ao ponto de proibir requerimento de informação. A Oposição



CÂMARA DOS DEPUTADOS

muitas vezes não consegue aprovar um requerimento. O Congresso Nacional tem ficado livre disso. É primordial para o Parlamento pedir informação. Acrescentou que não vai cercear um Parlamentar sequer, seja de que bancada for, negando pedido de informação. O Governo vai saber responder, com sua estrutura, se aquela informação é segura ou não, se é sigilosa ou não, e remete de lá dizendo que não pode informar. O Senhor Deputado Fábio Faria, Segundo-Vice-Presidente, disse que considera que ninguém vai cercear a palavra ou o direito a informação de ninguém. Mas não ia corroborar com todos os pedidos de informação, tem-se que analisar se o pedido tem fim político ou não. *Concordou com o voto do Relator, Deputado André Vargas, em todos os RICs.* Posto em votação, a Mesa Diretora aprovou o parecer exarado pelo Relator, Deputado André Vargas, nos Requerimentos de informação supracitados, com voto contrário dos Senhores Deputados Márcio Bittar, Primeiro-Secretário, e Maurício Quintella Lessa, Terceiro-Secretário. 2 – **RIC Nº 2391, de 2012**, de autoria da Deputada Erica Kokai. Solicita informações sobre a atuação da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, acompanhando as atividades de lideranças políticas, dirigentes sindicais, servidores públicos, artistas, líderes estudantis e outras pessoas, mesmo após o fim do regime militar no País. Comentou, o Senhor Deputado André Vargas, Relator, que a autora faz consulta à autoridade a que se dirige, incorrendo em vedação prevista no inciso III do art. 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, sendo seu voto pela rejeição. Em votação, a Mesa Diretora aprovou o parecer do Relator, com voto contrário do Senhor Deputado Márcio Bittar, Primeiro-Secretário. 3 – **RIC Nº 2560, de 2012**, de autoria do Deputado Rubens Bueno. Solicita informações, no âmbito da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, sobre denúncias de pretensão tráfico de influência dentro do órgão, envolvendo as empresas Unicel e Nextel. O Relator, Deputado André Vargas, exarou seu voto pela rejeição, nos termos do inciso III do art. 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, uma vez que o autor faz consulta à autoridade a que se dirige. Em votação, a Mesa Diretora aprovou o parecer do Relator, com voto contrário do Senhor Deputado Márcio Bittar, Primeiro-Secretário. 4 – **RIC Nº 2562, de 2012**, de autoria do Deputado João Lyra. Solicita adoção de nova legislação ordinária para os terrenos da Marinha e seus acréscidos, imóveis pertencentes à União. Parecer pela rejeição, nos termos do inciso III, do art. 116, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – pede providências à autoridade destinatária. A Mesa Diretora aprovou, por unanimidade, o parecer do Relator, sugerindo ao autor a apresentação na forma de Indicação. 5 – **RIC's Nºs 2648 ao 2664, de 2012**, de autoria da Deputada Antônia Lúcia. Trata-se de 17 (dezessete) requerimentos de informação que solicitam informações ao Ministro de Estado das Cidades sobre o programa Minha Casa, Minha Vida, para diversos Municípios do Estado do Acre, requerendo nomes e endereços dos beneficiários. O Senhor Primeiro-Vice-Presidente argumentou sobre o direito fundamental à privacidade, opinando, pela rejeição dos supracitados RICs. Submetido à



CÂMARA DOS DEPUTADOS

votação, a Mesa Diretora aprovou o parecer exarado pelo Relator, Deputado André Vargas, nos Requerimentos de Informação supracitados, com voto contrário dos Senhores Deputados Márcio Bittar, Primeiro-Secretário, e Maurício Quintella Lessa, Terceiro-Secretário. Prosseguindo, a Mesa Diretora aprovou, por unanimidade, os pareceres exarados pelo Senhor Deputado André Vargas, Primeiro-Vice-Presidente, nos seguintes **Projetos de Resolução (PRC)**: 1 – **PRC nº 77, de 2011**, de autoria do Deputado Vitor Paulo, que “cria o Grupo Parlamentar Brasil-Ecuador”. Parecer: pela aprovação, com 1 (uma) emenda de redação; 2 – **PRC nº 86, de 2011**, de autoria do Deputado Cleber Verde, que “cria o Grupo Parlamentar Brasil-Chipre”. Parecer: pela aprovação, com 1 (uma) emenda de redação; 3 – **PRC nº 100, de 2011**, de autoria do Deputado Ronaldo Fonseca, que “cria o Grupo Parlamentar Brasil-Quênia”. Parecer: pela aprovação, com 1 (uma) emenda de redação; 4 – **PRC nº 129, de 2012**, de autoria do Deputado Júlio Delgado, que “cria o Grupo Parlamentar Brasil – Letônia e Estônia”. Parecer: pela aprovação, com 2 (duas) emendas de redação; extrapauta o **PRC nº 171, de 2013**, de autoria do Deputado Weliton Prado, que “institui o Grupo Parlamentar Brasil-Nepal”. Parecer: pela aprovação, com 1 (uma) emenda de redação. Por último, o Senhor Deputado André Vargas expôs a **Indicação nº 1.908, de 2011**, de autoria do Deputado Miriquinho Batista, que “sugere à Mesa Diretora da Câmara dos Deputados que elabore projeto visando à criação de certificado a ser conferido aos homenageados em sessão solene”, com parecer favorável, propondo Ato da Mesa. Posto em votação, a Mesa Diretora resolveu, por unanimidade, baixar **Ato da Mesa** que “cria o ‘Certificado de Personalidade Homenageada’ a ser conferido pela Câmara dos Deputados”, cujo teor vai publicado ao final da ata. Com a palavra, o Senhor Cláudio Cajado, Procurador Parlamentar, solicitou licença para propor que se estenda ao Procurador Parlamentar, ao Corregedor e ao Presidente do Centro de Estudos e Debates Estratégicos o procedimento, já adotado por Mesas anteriores para outros cargos, de considerar justificadas as ausências de registro no painel eletrônico nas Sessões deliberativas da Casa, tendo como critério a natureza de suas atribuições. Sugeriu, ainda, que seja dado o mesmo entendimento às sessões das Comissões. A Mesa Diretora, por unanimidade, aprovou a mencionada proposta, compreendendo, ainda, o mesmo critério, por analogia, aos deputados ocupantes do cargo de Presidente de comissão temporária, de Ouvidor-Geral e de Procuradora Especial da Mulher, a partir de agora, convalidando-se, no mesmo entendimento, as orientações anteriores de ex-Presidentes. **III - PAUTA DO SENHOR SEGUNDO-VICE-PRESIDENTE.** Em seguida, a Mesa Diretora aprovou, por unanimidade, os pareceres favoráveis exarados pelo Relator, Deputado Fábio Faria, nos processos referentes a reembolso de despesas médico-hospitalares, conforme a seguir: 1 - **Processo n. 002.243/2013**, de interesse do Deputado Luis Tibé; 2 - **Processo n. 003.108/2013**, de interesse do Deputado Aracely de Paula; 3 - **Processo n. 003.352/2013**, de interesse do Deputado Weverton Rocha; 4 - **Processo n.**



CÂMARA DOS DEPUTADOS

003.537/2013, de interesse do Deputado Afonso Hamm; 5 - Processo n. 003.623/2013, de interesse do Deputado Aguinaldo Ribeiro; 6 - Processo n. 100.786/2013, de interesse do Deputado Lael Varella; 7 - Processo n. 100.899/2013, de interesse do Deputado Mendes Ribeiro Filho; 8 - Processo n. 101.100/2013, de interesse do Deputado José de Filippi; 9 - Processo n. 101.543/2013, de interesse do Deputado Sérgio Guerra; 10 - Processo n. 101.544/2013, de interesse da Deputada Íris de Araújo; 11 - Processo n. 102.140/2013, de interesse da Deputada Íris de Araújo; 12 - Processo n. 102.422/2013, de interesse do Deputado Simão Sessim; 13 - Processo n. 103.111/2013, de interesse da Deputada Íris de Araújo; 14 - Processo n. 103.112/2013, de interesse do Deputado Mendes Ribeiro Filho; 15 - Processo n. 103.115/2013, de interesse do Deputado Hugo Leal; 16 - Processo n. 103.284/2013, de interesse do Deputado Flaviano Melo; 17 - Processo n. 103.447/2013, de interesse do Deputado Roberto de Lucena; 18 - Processo n. 103.484/2013, de interesse do Deputado Lincoln Portela; 19 - Processo n. 103.588/2013, de interesse do Deputado Sérgio Guerra; 20 - Processo n. 103.646/2013, de interesse do Deputado José Mentor; 21 - Processo n. 104.246/2013, de interesse do Deputado Arnaldo Jordy; 22 - Processo n. 104.485/2013, de interesse do Deputado Fernando Torres; 23 - Processo n. 104.597/2013, de interesse do Deputado Nilson Pinto; 24 - Processo n. 104.820/2013, de interesse da Deputada Fátima Pelaes; 25 - Processo n. 104.844/2013, de interesse do Deputado Arlindo Chinaglia; 26 - Processo n. 104.969/2013, de interesse do Deputado Alessandro Molon; 27 - Processo n. 104.971/2013, de interesse do Deputado Mendes Ribeiro Filho; 28 - Processo n. 105.228/2013, de interesse do Deputado Arlindo Chinaglia; 29 - Processo n. 105.364/2013, de interesse do Deputado Geraldo Thadeu; 30 - Processo n. 105.331/2013, de interesse do Deputado Nazareno Fonteles; 31 - Processo n. 105.368/2013, de interesse do Deputado Wellington Roberto; 32 - Processo n. 105.407/2013, de interesse do Deputado Inocêncio Oliveira; 33 - Processo n. 105.473/2013, de interesse do Deputado João Paulo Cunha; 34 - Processo n. 105.482/2013, de interesse do Deputado Lael Varella; 35 - Processo n. 105.708/2013, de interesse do Deputado Zé Vieira; 36 - Processo n. 105.940/2013, de interesse do Deputado Homero Pereira; 37 - Processo n. 106.418/2013, de interesse do Deputado Roberto Balestra; 38 - Processo n. 106.469/2013, de interesse do Deputado Salvador Zimbaldi; 39 - Processo n. 106.664/2013, de interesse do Deputado Janio Natal; 40 - Processo n. 106.866/2013, de interesse do Deputado Jairo Ataíde; 41 - Processo n. 107.010/2013, de interesse do Deputado Bonifácio de Andrada; 42 - Processo n. 107.325/2013, de interesse do Deputado Sérgio Guerra; 43 - Processo n. 107.354/2013, de interesse do Deputado Arnaldo Jordy; 44 - Processo n. 107.357/2013, de interesse do Deputado Arnaldo Jordy; 45 - Processo n. 107.438/2013, de interesse do Deputado Nilson Pinto; 46 - Processo n. 107.665/2013, de interesse do Deputado Marcelo Castro; 47 - Processo n. 107.854/2013, de interesse do Deputado Sérgio Guerra; 48 - Processo n.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

107.914/2013, de interesse do Deputado Nazareno Fonteles; 49 - **Processo n. 108.289/2013**, de interesse do Deputado José Aníbal; 50 - **Processo n. 108.520/2013**, de interesse do Deputado Marçal Filho; 51 - **Processo n. 108.566/2013**, de interesse do Deputado Mendes Ribeiro Filho; 52 - **Processo n. 108.980/2013**, de interesse da Deputada Íris de Araújo; 53 - **Processo n. 109.241/2013**, de interesse do Deputado Jânio Natal; 54 - **Processo n. 109.714/2013**, de interesse do Deputado Dr. Rosinha; 55 - **Processo n. 109.890/2013**, de interesse do Deputado Aracely de Paula; 56 - **Processo n. 110.049/2013**, de interesse do Deputado Antônio Roberto; 57 - **Processo n. 110.168/2013**, de interesse do Deputado Guilhermê Campos; 58 - **Processo n. 110.246/2013**, de interesse do Deputado Sandro Mabel; 59 - **Processo n. 110.293/2013**, de interesse do Deputado Vieira da Cunha; 60 - **Processo n. 110.435/2013**, de interesse da Deputada Elcione Barbalho; 61 - **Processo n. 110.569/2013**, de interesse do Deputado Geraldo Thadeu; 62 - **Processo n. 110.931/2013**, de interesse do Deputado Aracely de Paula; 63 - **Processo n. 110.961/2013**, de interesse da Deputada Iara Bernardi; 64 - **Processo n. 111.074/2013**, de interesse da Deputada Rose de Freitas; 65 - **Processo n. 111.099/2013**, de interesse do Deputado Inocêncio Oliveira; 66 - **Processo n. 111.175/2013**, de interesse do Deputado Mendes Ribeiro Filho; 67 - **Processo n. 111.207/2013**, de interesse do Deputado Alessandro Molon; 68 - **Processo n. 111.315/2013**, de interesse do Deputado Sérgio Guerra; 69 - **Processo n. 147.369/2011** (com glosa), de interesse do Deputado Arnaldo Jardim; 70 - **Processo n. 107.991/2013** (com glosa), de interesse do Deputado Luciano Castro; Processos referentes à tratamento odontológico: 1 - **Processo n. 107.494/2013**, de interesse do Deputado Lira Maia; 2 - **Processo n. 107.609/2013**, de interesse do Deputado Inocêncio Oliveira; 3 - **Processo n. 107.782/2013**, de interesse do Deputado Eduardo Azeredo; 4 - **Processo n. 108.743/2013**, de interesse do Deputado Fábio Souto; 5 - **Processo n. 109.176/2013**, de interesse do Deputado Augusto Coutinho; 6 - **Processo n. 121.543/2012**, de interesse do Deputado Inocêncio Oliveira. **IV - PAUTA DO SENHOR PRIMEIRO SECRETÁRIO.** O Senhor Deputado Márcio Bittar expôs o **Processo n. 110.153/2013**, nos termos de seu parecer à fl. 19: "Trata-se de proposta de extinção de 1 (um) cargo efetivo vago de Analista Legislativo - atribuição Psicólogo, e de 1 (um) cargo efetivo vago de Analista Legislativo - atribuição Assistente Social, e de criação de 2 (dois) cargos efetivos de Analista Legislativo - atribuição Comunicação Social - Área Relações Públicas, na Carreira Legislativa desta Casa. Segundo a instrução processual, a presente proposta não acarreta aumento de despesa, razão por que, a teor do art. 4º da Resolução n. 46, de 2006, poderá ser objeto de deliberação da Mesa Diretora. Ademais, visa ao aproveitamento de candidatos aprovados em concurso público para o cargo efetivo de Analista Legislativo - atribuição Técnico em Comunicação Social - Área Relações Públicas, ajustando o quadro de pessoal efetivo da Casa para atender à demanda da Secretaria de Comunicação Social, tendo em vista a deficiência de pessoal enfrentada pelo



CÂMARA DOS DEPUTADOS

citado órgão de comunicação. Ante o exposto, esta Secretaria submete a matéria ao exame e à deliberação da douta Mesa, a teor do art. 4º da Resolução n. 46, de 2006, com parecer favorável, nos termos da anexa minuta de Ato da Mesa.”. Posto em votação, o parecer supra foi aprovado por unanimidade e, em consequência, baixado **Ato da Mesa** que “extingue e cria cargos no Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados”, cujo teor vai publicado ao final da ata. Em seguida, o Senhor Primeiro-Secretário, Deputado Márcio Bittar, relatou as seguintes proposições: 1 – **Projeto de Resolução (PRC) nº 60, de 2003 (apensado o PRC nº 61, de 2003)**, instruído no processo n. 110.367, de 2011, de autoria do Deputado Jair Bolsonaro, que “denomina ‘Sala de Imprensa Jornalista Roberto Marinho’, o espaço destinado aos profissionais de imprensa que cobrem as atividades da Câmara dos Deputados”. Parecer do Relator, assim concluso: “...Dessa forma, em que pese ao reconhecimento do elevado mérito de proposições dessa natureza ao homenagear representantes ilustres de nossa sociedade, esta Secretaria, atenta às ponderações suscitadas pela Secretaria de Comunicação Social acerca da preservação do caráter impessoal da obra de Oscar Niemeyer, alia-se à cautela demonstrada anteriormente pela douta Mesa e sugere o reenvio da matéria à Procuradoria Parlamentar para a realização de estudo preliminar sobre o tema com vistas ao disciplinamento do assunto, haja vista a existência de várias proposições análogas ao presente PRC em trâmite na Casa.”. A Mesa Diretora resolveu retirar de pauta o citado Projeto de Resolução para encaminhamento à Procuradoria Parlamentar, nos termos do parecer do Relator. 2 – **Projeto de Resolução (PRC) nº 14, de 2003 (apensado o de nº 68, de 2003)**, instruído no processo n. 110.337/2011, de autoria do Deputado Davi Alcolumbre, que “denomina ‘Plenário Embaixador Souza Dantas’ o Plenário da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados”. Posto em votação, a Mesa Diretora opinou, por unanimidade, pela prejudicialidade dos PRCs nºs 14 e 68, de 2003, conforme parecer do Relator. 3 – **Projeto de Resolução (PRC) nº 9, de 2011**, instruído no processo n. 109.554/2011, de autoria do Deputado Reguffe, que “revoga o art. 1º do Ato da Mesa nº 20, de 10 de abril de 2008, que dispõe sobre o valor da verba de gabinete e o número máximo de secretários parlamentares nos gabinetes parlamentares, reduzindo-os de 25 para 09”. Parecer do Relator, assim concluso: “...Ante o exposto, submeto a matéria ao exame e à deliberação da douta Mesa, com parecer pelo arquivamento da proposição em tela, tendo em vista o óbice regimental para o prosseguimento de sua tramitação, vez que compete privativamente à Mesa propor Projeto de Resolução que disponha sobre a organização e funcionamento da Câmara dos Deputados”. Exposto o projeto, a Mesa Diretora aprovou, por unanimidade, o parecer do Relator, opinando pelo arquivamento do PRC nº 9, de 2011. 4 – **INDICAÇÃO (INC) Nº 6.456, DE 2010**, instruído no processo n. 124.670/2010, de autoria do Deputado Walter Feldman, que “sugere à Mesa Diretora a criação de bicicletários e vestiários no âmbito da Câmara dos Deputados”. O Relator, Deputado Márcio Bittar, esclareceu que a



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Administração da Casa já adotou ações quanto a esta proposta, que há três bicicletários prontos, no entanto, o nível de adesão é baixo. Assim, a Mesa Diretora arquivou, por unanimidade, a INC nº 6.456, de 2010, conforme parecer do Relator. Prosseguindo, o Senhor Primeiro-Secretário, Deputado Márcio Bittar, relatou os seguintes processos: 1 – **Processo n. 118.691/2006**. Parecer do Relator às fls. 191/v: "Trata-se de novo exame pela Mesa Diretora do caso de acumulação, por parte do ex-deputado Vicente Manoel Leite André Gomes, aposentado por invalidez pelo extinto Instituto de Previdência dos Congressistas/IPC, dos proventos da referida aposentadoria com a remuneração de cargo efetivo de médico na Prefeitura Municipal de Recife, assim como do exercício de mandato de vereador no município de Recife/PE, sem percepção de subsídios, em data posterior à aposentação. O ex-parlamentar exerceu mandato eletivo federal durante a 50ª Legislatura, entre 1/2/95 e 31/1/99, e foi aposentado em 1/2/99, pelo antigo IPC, com proventos integrais, em decorrência de invalidez causada por acidente em serviço, reconhecida com apoio e aplicação subsidiária da Lei n. 8.213/91. A matéria, quando examinada pela Mesa Diretora em 2003, nos autos do processo n. 102.763/01, versou sobre a acumulação, pelo ex-deputado, dos proventos da aposentadoria por invalidez com a remuneração de cargo comissionado municipal de Diretor Presidente de Ginásio de Esportes. Na ocasião, o Colegiado determinou a suspensão do pagamento dos proventos de aposentadoria enquanto estivesse o ex-deputado no exercício de cargo em comissão, sem vínculo efetivo, e que fosse ele submetido a exame perante o Departamento Médico da Casa, para fins de elaboração de novo laudo acerca de sua doença incapacitante. Entretanto, o ex-parlamentar, ao ser notificado da decisão, informou não mais ocupar cargo em comissão desde 6/4/02. À época, a Câmara dos Deputados encaminhou o P.A. n. 102.763/01 ao Tribunal de Contas da União que, por meio do Acórdão 3.169/2006, julgou improcedente a aludida representação e determinou apenas fosse o Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco notificado, para a adoção das providências que entendesse cabíveis. Nos presentes autos, a Coordenação de Registro e Seguridade Parlamentar reitera questionamento acerca da acumulação pelo ex-parlamentar dos proventos de sua aposentadoria por invalidez com a remuneração de cargo público (médico), assim como do exercício de mandato de vereador, sem a percepção dos subsídios respectivos. Sugere o órgão de Seguridade sejam adotados os mesmos fundamentos que justificaram a outrora decisão da Mesa Diretora, no sentido de suspender o pagamento do benefício de aposentadoria por invalidez, enquanto perdurar a situação de exercício de atividades remuneradas. Nesse passo, a Diretoria-Geral destaca que o desempenho das atribuições relativas ao cargo público efetivo de médico na Prefeitura Municipal de Recife sugere, em princípio, aptidão do aposentado para a atividade laboral, o que afastaria a condição justificadora da aposentadoria em questão. O mesmo raciocínio se dá em relação à atividade parlamentar, que denotaria restabelecimento da capacidade laboral. No



CÂMARA DOS DEPUTADOS

entanto, o órgão cita decisão do Superior Tribunal de Justiça (Resp 626988/PR, Sexta Turma, Relator Ministro Paulo Medina) na qual aquela Corte sustenta o entendimento de que o exercício de mandato eletivo por agente aposentado por invalidez não autoriza o cancelamento imediato do benefício previdenciário concedido com base na Lei n. 8.213/91, principalmente se não demonstrada plenamente a insubsistência da invalidez, sendo necessário assegurar ao interessado o exercício do direito de ampla defesa, *verbis*: **"PREVIDENCIÁRIO. CANCELAMENTO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. SEGURADO ELEITO VEREADOR. INOBSERVÂNCIA DO DEVIDO PROCESSO LEGAL. 1. O fato de o segurado titular da aposentadoria por invalidez estar exercendo mandato eletivo não enseja o cancelamento do benefício, especialmente quando não comprovada sua recuperação. 2. O ato de cancelamento do benefício sem observar os princípios do devido processo legal e da ampla defesa autorizam a impetração do mandado de segurança, por traduzir ato abusivo e ilegal. 3. Recurso especial a que se nega provimento.** A par disso, o Diretor-Geral propõe seja a matéria novamente submetida à Mesa Diretora para que o Colegiado, caso assim entenda, determine a instauração de procedimento administrativo destinado à análise da matéria, com prévia observância do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal. É o parecer, que submeto ao exame e à deliberação da dita Mesa, nos termos do encaminhamento do Diretor-Geral, pela instauração do procedimento administrativo mencionado, com observância dos princípios constitucionais do devido processo legal e da ampla defesa.". Discutido o processo, a Mesa Diretora aprovou, por unanimidade, o parecer supra. 2 - **Processo n. 17.634/2004.** Parecer do Relator à fl. 147: "Trata-se de solicitação do Departamento Técnico (Detec) para que seja regularizada a cessão, a título não oneroso, de área de 1,58 m², localizada no subsolo do Anexo II, utilizada pela Oi S/A (antiga Brasil Telecom) para instalação de dois Telefones de Utilidade Pública (TUP). Em 2012, esta Primeira-Secretaria, após parecer favorável (fls. 114/v), encaminhou a solicitação ao Presidente da Casa, que, por sua vez, autorizou *ad referendum* da Mesa Diretora a cessão não onerosa da referida área à empresa Oi S/A, nos termos regimentais e com base na legislação interna (Atos da Mesa ns. 61/2005 e 7/2007 - fl. 115). Ato contínuo, o DEMAP elaborou minuta do Termo de Permissão de Uso, a ser firmado com a empresa Oi S/A, que foi encaminhada à Assessoria Técnica da Diretoria-Geral (ATEC/DG), em cumprimento ao disposto no artigo 68, § 1º, inciso III do Regulamento dos Procedimentos Licitatórios desta Casa. Destarte, após analisar a minuta do Termo de Permissão de Uso, a ATEC/DG informou que o instrumento está em conformidade com a legislação interna pertinente à matéria (AM 61/05), sugerindo alterações de cunho formal, registradas na própria minuta (fls. 129/130). Justificou que a instalação de telefones de utilidade pública nas dependências se deve à necessidade de atender a enorme quantidade de pessoas que diariamente transitam pela Câmara dos Deputados. Diante disso, o DEMAP, por meio da Carta n. 226/13 (fl. 139),



CÂMARA DOS DEPUTADOS

comunicou à empresa que foi autorizada a cessão não onerosa da supracitada área para instalação de TUPs, solicitando à interessada que comparecesse à Seção de Elaboração de Contratos desta Casa, munida de documentação necessária à assinatura do Termo. A Diretoria-Geral, por sua vez, encaminhou a matéria a esta Secretaria para que a Mesa Diretora ratifique a outorga de uso, em face da autorização *ad referendum* do Presidente da Casa. À vista do exposto, em observância ao art. 1º da Portaria nº 69/2007, esta Secretaria submete a matéria ao exame e à deliberação da douta Mesa, reiterando manifestação favorável à outorga de uso da área à Oi S/A, a título não oneroso, mediante Termo de Permissão de Uso, conforme a instrução.” A Mesa Diretora ratificou, por unanimidade, o despacho do então Presidente Marco Maia, *ad referendum* da Mesa, exarado à fl. 115, conforme encaminhamento supra do Relator.

IV - PAUTA DO SENHOR SEGUNDO-SECRETÁRIO. O Senhor Deputado Simão Sessim comentou que foram recebidas 56 indicações para o prêmio “Dr. Pinotti-Hospital Amigo da Mulher”, instituído pela Resolução nº 15, de 2009, e que, juntamente, com o Conselho do referido Prêmio, regulamentado pelo Ato da Mesa nº 62, de 2010, propuseram como critério de escolha dos agraciados o maior número de indicações, limitada a uma entidade por Estado da Federação. Dando seguimento, o Senhor Segundo-Secretário, tendo em vista o elevado número de indicações de entidades de mais alta qualificação e o baixo custo do citado prêmio, apresentou **anteprojeto de resolução que “altera o parágrafo único do art. 1º e o art. 8º da Resolução da Câmara dos Deputados nº 15, de 2009”**, para aumentar de três para cinco o número de agraciados com o “Prêmio Dr. Pinotti – Hospital Amigo da Mulher”, aprovado, por unanimidade, pela Mesa Diretora, cujo teor segue ao final da ata. Ainda com a palavra, o Senhor Deputado Simão Sessim expôs reivindicação dos jornalistas da Casa com relação ao horário, que visam adequar a legislação interna à lei de regência da profissão. Discutida a questão, a Mesa Diretora retirou de pauta a matéria para instrução processual pelos órgãos competentes. Por último, a Mesa Diretora aprovou, por unanimidade, **emenda ao Projeto de Lei nº 2/2013-CN – Lei de Diretrizes Orçamentárias**, proposta pelo Senhor Deputado Simão Sessim, Segundo-Secretário, nos termos a seguir: “Art. 110. A execução da Lei Orçamentária de 2013/2014 e dos créditos adicionais obedecerá aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na administração pública federal, não podendo ser utilizada para influir na apreciação de proposições legislativas em tramitação no Congresso Nacional. **Parágrafo único. Nos termos do art. 9º, § 2º da Lei Complementar nº 101, de 2000, não serão objeto de limitação de empenho e movimentação financeira as dotações incluídas ou aumentadas em decorrência da aprovação de emendas individuais no âmbito do Congresso Nacional resultantes da apropriação dos recursos de natureza primária da reserva de que trata o art. 13 desta Lei, exceto por razões de ordem técnica ou legal, devidamente comprovadas.”**; que vai publicada ao final da ata. **V -**



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PAUTA DO SENHOR TERCEIRO-SECRETÁRIO. Com a palavra, o Senhor Deputado Maurício Quintella Lessa deu conhecimento à Mesa Diretora do Relatório de sua Secretaria referente às justificativas de faltas dos Senhores Deputados no período de 4 de fevereiro a 12 de abril de 2013, acordado pela Mesa Diretora. Mostrou, em seguida, manual que enviou a cada deputado com informações e esclarecimentos sobre as atribuições da Terceira Secretaria. Nada mais havendo a tratar, às doze horas e quarenta e cinco minutos, o Senhor Presidente Henrique Eduardo Alves declarou encerrada a presente reunião. E, para constar, eu, *Mozart Vianna de Paiva* Mozart Vianna de Paiva, Secretário-Geral da Mesa, lavrei a presente ata que, após assinada pelo Senhor Presidente, vai à publicação no Diário da Câmara dos Deputados.

HENRIQUE EDUARDO ALVES
Presidente

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos,
Orçamentos Pub. e Fiscalização
CONT. E C. O. ORIGINAL *AS*



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Processo n. 120.147/2013. EMENDAS AO ORÇAMENTO

A Mesa Diretora, em reunião realizada no dia 9 de julho do corrente, decidiu, por unanimidade, aprovar as seguintes propostas de emendas ao texto da lei, que serão apresentadas ao Projeto de Lei n.º 2/2013-CN (PLDO 2014), assim distribuídas: **Proposta de emenda 1** - Tipo de Emenda: Modificativa. Ementa: Altera a redação do *caput* do art. 23. Justificativa: A presente emenda visa manter o prazo de 30 de junho, previsto na LDO vigente, como parâmetro para a elaboração da proposta orçamentária relativamente aos GNDs 3, 4 e 5, de modo a abrigar os créditos suplementares e especiais aprovados até essa data, destinados aos órgãos dos demais Poderes e do Ministério Público; **Proposta de emenda 2** - Tipo de Emenda: Modificativa. Ementa: Altera a redação do inciso I do § 1º do art. 38. Justificativa: O PLDO para 2014 inovou com relação à LDO para 2013, permitindo ao Poder Executivo promover alteração, no âmbito do mesmo subtítulo, entre os GNDs 3, 4 e 5 e entre os GNDs 2 e 6. Não se justifica que essa alteração seja, agora, permitida exclusivamente ao Poder Executivo e não aos outros Poderes e ao Ministério Público, o que causaria um prejuízo à autonomia e à independência administrativa dos Poderes. Dessa forma, a presente emenda visa a estender essa prerrogativa a todos os Poderes; **Proposta de emenda 3** - Tipo de Emenda: Supressiva. Ementa: Suprime o inciso III do § 3º do art. 40. Justificativa: A presente emenda visa manter prerrogativa fundamental aos Poderes Legislativo e Judiciário, bem como ao Ministério Público, de remanejar recursos orçamentários, por ato próprio dos Presidentes das respectivas Casas daqueles Poderes, bem como do Procurador-Geral do Ministério Público, mediante o cancelamento de despesas discricionárias para suplementação de obrigatórias. A presente emenda, ao resgatar o texto da LDO, busca eficiência na aplicação do orçamento pelos demais Poderes, na medida em que se valem de atos próprios para remanejarem suas dotações, dentro dos limites da LOA, sem qualquer aumento de despesa, em vez de voltarem a depender de decreto do Poder Executivo para tanto. **Proposta de emenda 4** -



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Tipo de Emenda: Aditiva. Ementa: Inclui o § 7º no art. 40. Justificativa: O que se pretende com a inclusão do § 7º é estender aos órgãos dos demais Poderes e MPU a mesma prerrogativa já conferida ao Poder Executivo para abrir créditos suplementares provenientes de excesso de arrecadação e superávit financeiro apurado em balanço patrimonial de exercício anterior, nos termos do art. 43, § 1º, incisos I e II, da Lei nº 4.320/64; **Proposta de emenda 5** - Tipo de Emenda: Modificativa. Ementa: Altera a redação do *caput* do art. 51. Justificativa: A presente emenda pretende resgatar o texto constante da LDO para 2012, que determina que o Poder Executivo deve apurar e informar o montante do contingenciamento, segundo o art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, até o vigésimo dia após o encerramento do bimestre; **Proposta de emenda 6** - Tipo de Emenda: Supressiva. Ementa: Suprime o § 12 do art. 51. Justificativa: O art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal dispõe sobre o prazo de 30 dias, após avaliação bimestral, para os Poderes efetuarem, se for o caso, a devida limitação de empenho e movimentação financeira, mas não impõe prazo para o restabelecimento dos limites. A exigência de limitação de empenho e movimentação financeira faz-se necessária em função da compatibilização entre receitas e despesas, com vistas ao atingimento do resultado fiscal previsto para o exercício. Já o ato de restabelecimento de limites pode ser realizado sem necessidade de prazo para fazê-lo, pois, além de em nada influenciar na formação do resultado fiscal que terá sido alcançado, ainda obriga o cumprimento de mais um prazo desnecessário pelos gestores. Além disso, entende-se que a LDO, ao definir prazo para os órgãos restabelecerem os limites já contingenciados, impõe exigências não previstas na LRF. **Proposta de emenda 7** - Tipo de Emenda: Modificativa. Ementa: Altera a redação do § 1º do art. 83. Justificativa: A presente emenda visa à alteração da redação do § 1º do art. 83 do PLDO, de modo que o PLOA e a LOA voltem a incluir o montante das despesas com auxílios, derivadas das despesas de pessoal inerentes ao ingresso de servidores, não dependendo mais da concessão de créditos adicionais; **Proposta de emenda 8** - Tipo de Emenda: Modificativa. Ementa: Altera a redação do *caput*



CÂMARA DOS DEPUTADOS

do art. 86. Justificativa: A presente emenda visa manter prerrogativa fundamental aos Poderes Legislativo e Judiciário e Ministério Público de propor reajuste de benefícios sociais dos servidores dentro da autonomia que a Carta Magna lhes assegura.

Participaram da votação os Senhores Deputados:

Henrique Eduardo Alves, Presidente; Fábio Faria, Segundo-Vice-Presidente; Márcio Bittar, Primeiro-Secretário; Simão Sessim, Segundo-Secretário; Maurício Quintella Lessa, Terceiro-Secretário; e Biffi, Quarto-Secretário.

Sala de Reuniões, em 10 de julho de 2013.



HENRIQUE EDUARDO ALVES

Presidente



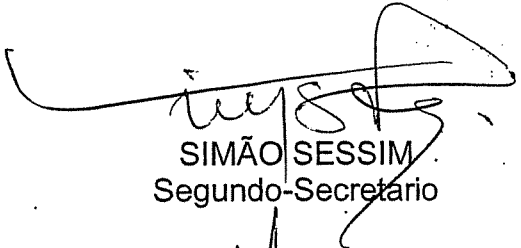
FÁBIO FÁRIA

Segundo-Vice-Presidente



MÁRCIO BITTAR

Primeiro-Secretário



SIMÃO SESSIM

Segundo-Secretário



MAURÍCIO QUINTELLA LESSA

Terceiro-Secretário



BIFFI

Quarto-Secretário

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos,
Orçamentos e Fiscalização
CONFERE COM O ORIGINAL





CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0002/2013 - LDO

Data: 14/08/2013

Hora: 11:12

Página: 1 de 1

RECIBO DE ENTREGA DE EMENDAS À LDO

EMENDA DE META

NÚMERO EMENDA	CÓDIGO AÇÃO	DESCRIÇÃO AÇÃO	QUANTIDADE META
1	8282	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais	180.763
2	20RG	Expansão e Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica	182.510
3	20RP	Infraestrutura para a Educação Básica	50
4	6358	Capacitação de Recursos Humanos da Educação Profissional	3.790
5	8790	Apoio à Alfabetização e à Educação de Jovens e Adultos	931

Emendas Meta	5
Emendas Cancelamento	0
Emendas Texto	0
Total	5

AUTOR DA EMENDA

5005 - Comissão de Educação - CE

Autor:

Credenciado: ultrantes, 5641

Chave de Segurança: 02123

Lote: 6415



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Educação

54ª Legislatura - 3ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata publicada no DCD nº
____, de ____/____/2013.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
54ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

ATA DA VIGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO,
ORDINÁRIA DELIBERATIVA,
REALIZADA EM 14 DE AGOSTO DE 2013

Às dez horas e vinte e um minutos do dia quatorze de agosto de dois mil e treze, reuniu-se a Comissão de Educação, Plenário 10 do Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Gabriel Chalita - Presidente; Artur Bruno, Lelo Coimbra e Alex Canziani - Vice-Presidentes; Alice Portugal, Angelo Vanhoni, Celso Jacob, Chico Alencar, Costa Ferreira, Fátima Bezerra, George Hilton, Glauber Braga, Izalci, Jorge Boeira, Leopoldo Meyer, Major Fábio, Manoel Salviano, Nilson Pinto, Paulo Rubem Santiago, Pedro Uczai, Pinto Itamaraty, Professor Sérgio de Oliveira, Professor Setimo, Professora Dorinha Seabra Rezende, Raul Henry e Waldenor Pereira - Titulares; Aureo, Esperidião Amin, Eurico Júnior, Hugo Napoleão, Iara Bernardi, Jean Wyllys, José Linhares, Keiko Ota, Leonardo Monteiro, Mara Gabrilli, Nilson Leitão, Pedro Chaves, Rogério Peninha Mendonça, Severino Ninho e Valadares Filho – Suplentes. Compareceu ainda o Deputado Felipe Maia - não-membro. Deixaram de comparecer os Deputados Aline Corrêa, Francisco Praciano, João Bittar, Reginaldo Lopes, Stepan Nercessian e Waldir Maranhão. O Presidente declarou abertos os trabalhos e discorreu sobre Audiência Pública marcada para o dia anterior, treze de agosto, a qual contaria com a presença de representantes da Universidade Gama Filho, UniverCidade e Galileo. Usaram da palavra os Deputados Celso Jacob e Glauber Braga. Ato contínuo, o Deputado Glauber Braga reafirmou a necessidade de se convidar o Governador do Rio de Janeiro para prestar esclarecimentos sobre cronograma de execução e justificativa pelo atraso na aplicação recursos destinados aos desastres ocorridos na região serrana do Rio de Janeiro. O Deputado Celso Jacob sugeriu que se esperasse o envio das informações até o final do dia. O Presidente submeteu à apreciação a Ata da vigésima quinta reunião, ordinária deliberativa, realizada em sete de agosto. Foi dispensada a leitura da Ata. Em votação, a Ata foi aprovada. **EXPEDIENTE:** O Presidente informou que estavam disponíveis na Secretaria da Comissão os expedientes

[Assinatura manuscrita]



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Educação

54ª Legislatura - 3ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata publicada no DCD nº
____, de ____/____/2013.

recebidos no período de sete de agosto a treze de agosto do corrente: Ofício nº 124/2013 – GM/MEC, 09 de agosto de 2013, do Ministério da Educação, em resposta ao Requerimento de Informação nº 3102/2013 (execução orçamentária do Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC); Ofício nº 120/2013 – GM/MEC, de 09 de agosto de 2013, do Ministério da Educação, solicitando dilatação de prazo para resposta ao Requerimento de Informação nº 3103/2013 (execução orçamentária referente ao Programa de Ações Articuladas – PAR); Casa Civil da Presidência da República, que remete o Ofício nº 1328, de 25 de julho de 2013, do Ministério da Educação, em resposta à Indicação nº 4338, de 2013. **ORDEM DO DIA: 1 - Sugestões de Emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014. (PL 2/13 - CN): Sugestão de Emenda nº 1/2013**, do Sr. Newton Lima, para o Acréscimo de meta de 180.763 vagas disponibilizadas ao Programa 2032 - Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão; Ação 8282 - reestruturação e expansão das Universidades Federais. Em votação, a sugestão de emenda foi aprovada. **Sugestão de Emenda nº 2/2013**, do Sr. Newton Lima, para o acréscimo de meta de 182.510 vagas disponibilizadas ao Programa 2031- Educação Profissional e Tecnológica; Ação 20RG - expansão e reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Em votação, a sugestão de emenda foi aprovada. **Sugestão de Emenda nº 3/2013**, do Sr. Sérgio de Oliveira, para o acréscimo de meta de 50 unidades apoiadas do Programa 2030 – Educação Básica; Ação 20RP - Infraestrutura para a Educação Básica. Em votação, a sugestão de emenda foi aprovada. **Sugestão de Emenda nº 4/2013**, do Sr. Celso Jacob, para o acréscimo de meta de 3.790.0 pessoas capacitadas para o Programa 2031 - Educação Profissional e Tecnológica; Ação 6358 - capacitação de recursos humanos da educação profissional. Em votação, a sugestão de emenda foi aprovada. **Sugestão de Emenda nº 5/2013**, do Sr. Glauber Braga, para o acréscimo de meta: 931.0 projetos apoiados no Programa 2030 - Educação Básica; Ação 8790 - apoio à alfabetização e à educação de jovens e adultos. Em votação, a sugestão de emenda foi aprovada. **2 - REQUERIMENTO Nº 299/13** - da Sra. Professora Dorinha Seabra Rezende - que "requer a realização de Audiência Pública destinada a tratar do Projeto de Lei N.º 3.179, de 2012 - Acrescenta parágrafo ao art. 23 da Lei nº 9.394, de 1996, de diretrizes e bases da



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Educação

54ª Legislatura - 3ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata publicada no DCD nº
____, de ____/____/2013.

educação nacional, para dispor sobre a possibilidade de oferta domiciliar da educação básica". A autora encaminhou o requerimento. Não houve discussão. Em votação, foi aprovado o requerimento. **3 - REQUERIMENTO Nº 300/13** - da Sra. Professora Dorinha Seabra Rezende - que "requer a realização de Seminário Regional do Observatório da Educação no Estado de Tocantins, com o objetivo de reunir e discutir experiências de sucesso na educação básica pública a fim de fomentar a discussão de políticas públicas. A autora encaminhou o requerimento. Não houve discussão. Em votação, foi aprovado o requerimento. **4 - REQUERIMENTO Nº 302/13** - do Sr. Aureo - que "requer seja realizada audiência pública para discutir e debater os problemas relacionados à adesão de alunos da UNIESP ao programa FIES, oferecido pelo Governo Federal". O autor encaminhou o requerimento. Discutiram a matéria os Deputados Celso Jacob, Jean Wyllys, Izalci, Professora Dorinha Seabra Rezende, Fátima Bezerra. Em votação, foi aprovado o requerimento. **5 - REQUERIMENTO Nº 303/13** - da Sra. Professora Dorinha Seabra Rezende - que "requer a realização de Audiência Pública destinada a tratar do Projeto de Lei N.º 6.114, de 2009 que Institui o Exame Nacional de Avaliação do Magistério da Educação Básica - ENAMEB". A autora encaminhou o requerimento. Não houve discussão. Em votação, foi aprovado o requerimento. **6 - REQUERIMENTO Nº 304/13** - do Sr. Pedro Uczai - que "requer a realização de seminário sobre o programa de consolidação e expansão da UFSC campus Curitibanos". Não houve discussão. Em votação, foi aprovado o requerimento. O Presidente anunciou que havia sobre a Mesa requerimentos solicitando a retirada de itens da pauta. Propôs a votação em bloco, se houvesse consenso. O deputado Jean Wyllys pediu que os autores justificassem os pedidos. Desta forma, os requerimentos passaram a ser apreciados à medida em que os itens da pauta eram anunciados. O Presidente anunciou que este procedimento seria adotado para as próximas reuniões. **7 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 534/11** - do Sr. Duarte Nogueira - que "susta os efeitos do § 7º, do art.1º da Portaria n. 1, de 22 de janeiro de 2010, do Ministério da Educação, que veda, em qualquer hipótese, a concessão de financiamento por meio do FIES a cursos superiores ministrados na modalidade de ensino a distância (EAD)". RELATOR: Deputado JORGINHO MELLO. PARECER: Pela aprovação. O Deputado Izalci apresentou voto em separado em 18/09/2012. Vista ao Deputado Stepan

X

J



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Educação

54ª Legislatura - 3ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata publicada no DCD nº
____, de ____ / ____ / 2013.

Nercessian, em 20/11/2012. Adiada a votação a requerimento do Deputado Izalci, em 12/12/2012. O Presidente informou que havia sobre a Mesa requerimento de retirada de pauta da matéria, de autoria do Deputado Artur Bruno, Em votação, foi aprovado o requerimento de retirada de pauta. **8 - PROJETO DE LEI Nº 2.080/03** - do Sr. Paes Landim - que "dispõe sobre criação de universidades, autorização de funcionamento de instituições de ensino superior, formação de professores e dá outras providências". (Apensado: PL 2085/2003) RELATOR: Deputado LELO COIMBRA. PARECER: Pela rejeição deste, e do PL nº 2085/2003, apensado. O Presidente informou que havia sobre a Mesa requerimento de retirada de pauta da matéria, de autoria do Deputado Alex Canziani. Em votação, foi aprovado o requerimento de retirada de pauta. **9 - PROJETO DE LEI Nº 6.089/05** - do Sr. Alex Canziani - que "inclui novo inciso ao art. 70 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB". (Apensado: PL 1109/2007 (Apensados: PL 1123/2007 e PL 4031/2012)) EXPLICACAO DA EMENTA: Considerando como de manutenção as despesas com aquisição de gêneros alimentícios para alimentação escolar dos alunos em jornada de tempo integral. RELATOR: Deputado COSTA FERREIRA. PARECER: Pela rejeição deste, do PL nº 1109/2007, do PL nº 1123/2007, e do PL nº 4031/2012, apensados. Lido o Parecer, discutiu a matéria o Deputado Alex Canziani. Em votação, foi aprovado o Parecer. **10 - PROJETO DE LEI Nº 6.092/09** - do Sr. Roberto Rocha - que "autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Sul Maranhense, no Estado do Maranhão". (Apensado: PL 6351/2009) RELATOR: Deputado EURICO JÚNIOR. PARECER: Pela rejeição deste, e do PL nº 6351/2009, apensado, com envio de Indicação ao Poder Executivo. Lido o Parecer, discutiram a matéria os Deputados Jean Wyllys, Alex Canziani, Professora Dorinha Seabra Rezende, Pedro Uczai, Waldenor Pereira, Severino Ninho, Paulo Rubem Santiago, Izalci e Lelo Coimbra. Em votação, foi aprovado o Parecer. Assumiu a Presidência o Primeiro Vice-Presidente, Deputado Artur Bruno. **11 - PROJETO DE LEI Nº 6.785/10** - do Sr. Felipe Maia - que "dispõe sobre o intercâmbio acadêmico de estudantes de graduação e de pós-graduação no País". RELATOR: Deputado LELO COIMBRA. PARECER: Pela aprovação. Usou da palavra o autor, Deputado Felipe Maia, e também os Deputados Lelo Coimbra, Pedro Uczai. Retirado pelo Relator. Reassumiu a Presidência o Deputado Gabriel Chalita. **12 - PROJETO DE LEI Nº**



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Educação

54ª Legislatura - 3ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata publicada no DCD nº
____, de ____/____/2013.

71/11 - do Sr. Otavio Leite - que "altera o art. 318 do Decreto-Lei nº 5452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho - CLT)". EXPLICACAO DA EMENTA: Autoriza os professores a lecionar, por mais de um turno, em um mesmo estabelecimento de ensino. RELATOR: Deputado PROFESSOR SETIMO. PARECER: Pela aprovação. **O Deputado Izalci apresentou voto em separado em 28/05/2012.** O Presidente informou que havia sobre a Mesa requerimento de retirada de pauta da matéria, de autoria do Deputado Waldenor Pereira, subscrito pelo Deputado Pedro Uczai. Encaminharam a retirada os Deputados Izalci, Professor Sétimo e Professora Dorinha Seabra Rezende. Em votação, foi aprovado o requerimento. **13 - PROJETO DE LEI Nº 2.050/11** - do Sr. Félix Mendonça Júnior - que "dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Noroeste da Bahia com sede no Município de Irecê". RELATOR: Deputado EURICO JÚNIOR. PARECER: Pela rejeição, com envio de Indicação ao Poder Executivo. Lido o Parecer, não houve discussão. Em votação, foi aprovado o Parecer. **14 - PROJETO DE LEI Nº 2.248/11** - do Sr. Nelson Bornier - que "dispõe sobre a reserva de vagas para alunos com deficiência nos contratos e convênios de estágios e dá outras providências". RELATORA: Deputada MARA GABRILL. PARECER: Pela rejeição. Vista ao Deputado Celso Jacob. Assumiu a Presidência o Primeiro Vice-Presidente, Deputado Artur Bruno. **15 - PROJETO DE LEI Nº 2.491/11** - do Sr. Manoel Junior - que "institui o Programa Lixo Reciclado na Escola, na rede pública de ensino". RELATOR: Deputado GABRIEL CHALITA. PARECER: Pela aprovação deste, na forma do substitutivo da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Lido o Parecer, discutiram a matéria os Deputados Professora Dorinha Seabra Rezende, Izalci, Jean Wyllys, Pedro Uczai e Lelo Coimbra. Em votação, foi aprovado o Parecer, com declaração de voto do Deputado Izalci. Reassumiu a Presidência o Deputado Gabriel Chalita. **16 - PROJETO DE LEI Nº 2.776/11** - do Sr. Saraiva Felipe - que "institui a Política Nacional de Saúde Vocal". RELATOR: Deputado ARTUR BRUNO. PARECER: Pela rejeição, com envio de Indicação ao Poder Executivo. Lido o Parecer, vista à Professora Dorinha Seabra Rezende. **17 - PROJETO DE LEI Nº 3.304/12** - do Sr. Edivaldo Holanda Junior - que "institui o Programa Nacional do Livro Técnico e Profissionalizante (PNLTP)". RELATOR: Deputado CELSO JACOB. PARECER: Pela rejeição, com envio de Indicação ao Poder Executivo. Retirado pelo relator. **18 - PROJETO DE LEI Nº 3.670/12**



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Educação

54ª Legislatura - 3ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata publicada no DCD nº
____, de ____/____/2013.

- do Sr. Pedro Uczai - que "autoriza o Poder Executivo a instituir o Campus Universitário de São Miguel do Oeste da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS". RELATOR: Deputado PEDRO CHAVES. PARECER: Pela rejeição, com envio de Indicação ao Poder Executivo Lido o Parecer, discutiram a matéria os Deputados Pedro Uczai e Lelo Coimbra. Em votação, foi aprovado o Parecer, contra o voto do Deputado Pedro Uczai. **19 - PROJETO DE LEI Nº 4.032/12** - do Sr. Hugo Napoleão - que "autoriza a criação da Escola de Marinha Mercante do Piauí". RELATOR: Deputado LELO COIMBRA. PARECER: Pela rejeição, com envio de Indicação ao Poder Executivo. Retirado pelo relator. **20 - PROJETO DE LEI Nº 4.195/12** - do Sr. Afonso Hamm - que "acrescenta parágrafo ao art. 6º da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, para tornar a carne suína obrigatória nos cardápios das refeições fornecidas pelo programa de alimentação escolar nas escolas". RELATOR: Deputado CELSO JACOB. PARECER: Pela rejeição deste, e do substitutivo da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. O Presidente informou que havia sobre a Mesa requerimento de retirada de pauta da matéria, de autoria do Deputado Esperidião Amin. Em votação, foi aprovado o requerimento. **21 - PROJETO DE LEI Nº 4.197/12** - do Sr. Ronaldo Nogueira - que "reconhece as atividades do Clube dos Desbravadores como método complementar de educação no País". RELATOR: Deputado SEVERINO NINHO. PARECER: Pela rejeição. O Presidente informou que havia sobre a Mesa requerimento de retirada de pauta da matéria, de autoria do Deputado Alex Canziani. Em votação, foi aprovado o requerimento. Não foram apreciadas as demais proposições por não estarem presentes, no momento da apreciação da matéria, os relatores de projetos ou autores de requerimentos: Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião às doze horas e trinta e três minutos. E, para constar, eu Regina Pereira Games, Regina Pereira Games, lavrei a presente Ata, que, por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Gabriel Chalita, _____, e publicada no Diário da Câmara dos Deputados. XXX